

## ASSIGNATURAS

Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$600
Por tres mezes .....	3\$000
Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL

3.ª Repartição—3.ª Secção

Attendendo ao que me representaram Emilia Maria de Lima e Mattos, Anna Rosa de Lima e Mattos, e Libania Casimira de Lima e Mattos, filhas de Antonio Cactano de Lima e Mattos, cirurgião que fora do partido municipal de Caminha; querendo remunerar nas supplicantes suas filhas os valiosos serviços prestados por aquelle facultativo durante a epidemia da cholera morbus em 1855, da qual foi victima; vistos os documentos e informações do governador civil de Vianna do Castello pelas quaes mostram haverem ficado sem meios de subsistencia pelo fallecimento de seu pae, por quem eram alimentadas; usando da auctorisação conferida ao governo pela carta de lei de 4 de junho do anno passado; e conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem conceder a Emilia Maria de Lima e Mattos, Anna Rosa de Lima e Mattos, e Libania Casimira de Lima e Mattos, a pensão annual e vitalicia de 180\$000 réis para ser igualmente dividida entre todas tres.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de janeiro de 1860.—REI.  
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição

DESPACHOS

AMANUESES DA DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

João Maria Worm Junior  
Julio de Castilho  
Guilherme Celestino  
Duarte Joaquim dos Santos  
Francisco Zacharias de Araujo da Costa Aça.

Instrução superior

Francisco José da Cunha Vianna—promovido a lente proprietario da 8.ª cadeira da escola medico-cirurgica de Lisboa.  
Carlos Augusto May Figueira—promovido a lente proprietario da 7.ª cadeira da mesma escola.

Instrução secundaria

João Chrysostomo Valejo Espada—nomeado professor vitalicio da 1.ª e 2.ª cadeiras do lyceu de Portalegre.  
João José Pereira de Sousa e Sá—nomeado professor vitalicio da 5.ª e 6.ª cadeiras do lyceu de Aveiro.  
Julio Celestino da Silva—nomeado professor vitalicio da 6.ª cadeira do lyceu de Braga.

Instrução primaria

PROFESSORES VITALICIOS

Antonio Joaquim Ferreira—para a cadeira de Quindras, districto da Guarda.  
Thomaz Emilia Monteiro—para a cadeira de ensino de meninas na Povoia de Varzim.  
Bernardino da Costa Pinto—para a cadeira de Villa Nova de Fozco, districto da Guarda.  
Bernardino Rodrigues Xavier—para a cadeira de Lameiras, districto da Guarda.  
Manuel Ferreira Domingues Martins—para a cadeira de Pinhaes, districto da Guarda.  
Antonio Godinho Cabral—para a cadeira de Castes, districto de Santarem.  
Maria da Paz Macedo e Brito—para a cadeira de ensino de meninas na cidade de Lagos.

PROFESSORES TEMPORARIOS

Albino Ferreira de Mattos—para a cadeira de ensino na freguezia do Sobral, districto de Vizeu.  
Antonio Lopes Petejo—para a cadeira de ensino na freguezia de S. Thiago de Amorim, districto do Porto.  
João Baptista de Freitas—para a cadeira de ensino no logar de Villa Boa, da freguezia de Villarim, districto do Porto.  
Manuel de Araujo e Sousa—para a cadeira de ensino em Villa Nova de Gaia, districto do Porto.  
Francisco José Lopes Saraiva—para a cadeira de ensino na villa do Seixal, districto de Lisboa.  
D. Julia Candida Alves de Oliveira, para a cadeira

de ensino de meninas na villa de Boticas, districto de Villa Real.

Firmino Julio Guedes da Silva—para a cadeira de ensino na freguezia de Pegarinhos, districto de Villa Real.

Antonio Candido de Sousa Vasconcellos—para a cadeira de ensino em S. Tiago de Arcias, districto do Porto.

José de Sousa Moraes—para a cadeira de ensino em Penso, districto de Vizeu.

Tito Livio Dias Mendes—para a cadeira de ensino no Reguengo Grande, districto de Lisboa.

Filipe Augusto de Mendonça—para a cadeira de ensino na Abrigada, districto de Lisboa.

José Luiz da Silva—para a cadeira de ensino de Santa Quiteria de Mecca, districto de Lisboa.

Francisco José de Almeida—para a cadeira de ensino em Mosteiró, na foz do Rio Tinto, districto do Porto.

Anna Candida Paraizo—para a cadeira de ensino de meninas em S. João da Foz, districto do Porto.

TRANSPRENCIAS

Antonio Moniz Barreto, transferido da cadeira de ensino primario de Pataias para a do mesmo ensino em S. Martinho do Porto, districto de Leiria.

Bibliotheca nacional de Lisboa

Antonio Julio Caminha—para continuo da sala de secção ecclesiastica.  
Henrique Antonio Ferreira de Araujo—para continuo do gabinete de medalhas.

de Cambambe, na provincia de Angola.

Janeiro 30 Miguel Augusto de Gouveia—demitido, pelo requerer, do posto de tenente do batalhão de infantaria n.º 1 da provincia de Moçambique.

3.ª REPARTIÇÃO

31 Mathias Antunes de Sousa, inspector do arsenal da cidade de Moçambique—apostentado com o vencimento que actualmente percebe.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Por officio do consul geral de Portugal em França, datado de 25 de janeiro ultimo, consta que o hiate ou patacho portuguez Harmonia, procedente do Porto, com destino para Londres, havia encailhado, no dia 20 d'aquelle mez, porto de Bologne, aonde se fez em pedagos, salvando-se porém a tripulação. O que se faz publico para conhecimento dos interessados.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 1.º de fevereiro de 1860.—Emilio Achilles Monteverde.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,

## COMMERCIO E INDUSTRIA

Resumo do activo e passivo do banco commercial do Porto, em 31 de janeiro de 1860

ACTIVO			
Existencia em cofre em metal .....	693,485,560		
Letras descontadas a receber .....	532,137,885		
Empréstimo sobre diversos penhores .....	201,835,000		
Empréstimo ao governo para a nova alfandega .....	53,760,000		
Acções d'este banco (custo ao banco) .....	6,730,550		
Títulos de divida publica (valor do balanço) .....	316,204,472		
Letras garantidas .....	6,778,320		
Liquidações .....	24,743,445		
Creditos diversos .....	336,429,411		
Empréstimo forçado á junta do Porto .....	67,855,000		
Custo actual do edificio do banco, machinas, moveis, etc. ....	25,101,870		
	2,265,171,113		

2,265,171,113

PASSIVO			
Capital actual do banco .....	1,337,400,000		
Diversos depositantes .....	402,259,770		
Notas em circulação .....	406,490,000		
Dividendos a pagar .....	30,466,320		
Fundo de reserva .....	70,145,000		
Lucros e perdas .....	18,410,033		
	2,265,171,113		

Banco commercial do Porto, 1 de fevereiro de 1860.—Os directores, Antonio Wenceslau da Costa Dourado, Jeronymo de Sousa Guimarães.  
Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 6 de fevereiro de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

## SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A proxima sessão terá logar no sabbado 11 do corrente.  
Secretaria da camara dos dignos pares, 8 de fevereiro de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

## TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento de conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Arcos de Val de Vez, no anno economico de 1855-1856, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento devidamente approvado fl. 5, 6 e 7, d'onde consta que a receita ordinaria e extraordinaria orçada para o anno de que se trata fora estimada em 4,333,805 réis, incluindo as dividas activas importantes na quantia de 565,805 réis; visto que eliminada a importancia das dividas activas, que se não consideram rendimento proprio do anno, a receita orçada fica sendo inferior a 4,000,000 réis; e vista a disposição terminante do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo, não compete ao tribunal o julgamento da presente conta, não obstante mostrar-se da conta a fl. 9, 10 e 11 que a receita effectuada sem entrar addição alguma de dividas atrazadas montara a réis 4,127,564, porque a lei citada manda só attender ao orçamento e não ao rendimento effectuado.

Lisboa, 20 de janeiro de 1860.—Albergaria—Dr. Nogueira Soares—Larcher—Margiuchi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.  
Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 4 de fevereiro de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.

## CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de 30 dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se na secretaria do conselho ultramarino requerimentos dos ecclesiasticos, que pertenderem ser providos na igreja de Cambambe, na provincia de Angola, vencendo, alem dos respectivos benefices, de congrua annual 320\$000 réis fortes, e mais a gratificação de 80\$000 réis, tambem fortes, pelo ensino, quer este seja de instrução primaria ou secundaria.

O provido terá transporte á custa do governo, tanto na ida como na volta, e uma ajuda de custo na importancia de 100\$000 réis fortes. E alem d'estas terá, na conformidade do decreto de 26 de dezembro de 1854 e carta de lei de 30 de junho de 1856, as vantagens seguintes:

1.ª Não será obrigado ao pagamento dos direitos de mercê pela carta de apresentação.

2.ª Findo o prazo de oito annos de serviço, querendo continuar a parochiar, ser-lhe-hão abonados mais 25 por % da respectiva congrua: e não querendo continuar a parochiar poderá regressar ao reino, tendo, em quanto não for empregado pelo governo, o subsidio annual liquido de 80\$000 réis.

3.ª Se completar alli doze annos de serviço, terá direito ao augmento de mais um terço da congrua, e da mesma fórma ao subsidio annual liquido de 100\$000 réis, quando regressar ao reino.

4.ª Se completar vinte annos de serviço na dita provincia terá direito a dobrada congrua, e ao subsidio annual de 140\$000 réis, voltando ao reino, e em quanto não for empregado.

Os ecclesiasticos, que quizerem ser providos na referida igreja, instruirão os seus requerimentos com documentos que comprovem as suas habilitações, serviços e bom procedimento.

Receita cobrada na alfandega grande de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA		1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
			PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Janeiro .....	Direitos .....	das possessões .....	2,351,659		2,658,171		1,387,581	
		de importação .....	140,194,407		137,216,331		150,588,530	
		de varios generos e mercadorias .....	264,675		56,807		1,088,511	
		de sabão e sabonetes .....	292,823		432,171		432,171	
		quinto differencial .....	11,131,553		13,565,344		14,438,698	
		tabacos .....	961,170		1,768,371		1,692,026	
		de exportação .....	1,334,282	166,849,365	1,165,988	165,663,782	597,633	178,694,165
		de reexportação .....	616,240		336,624		471,175	
		adicionaes nos emolumentos (7 %) .....	877,203		950,134		87,334	
		de porto .....	2,222,740		1,723,860		1,027,371	
		em Villa Nova de Gaia .....	1,258,252		789,080		1,512,159	
		em ditos estrangeiros .....	4,543,878		4,333,207		5,146,509	
		imposto por lei de 14 de agosto de 1858 (3 %) .....	801,423		871,849		223,270	
		5 % addicionaes .....	1,917,058		1,992,096		2,018,688	
Janeiro .....	Receitas de diversas origens .....	remanescente do cofre dos emolumentos .....	—		—		134,052	
		fazendas abandonadas .....	2,053,895		36,302	2,874,237	98,333	
		ditas demoradas .....	56,472	5,224,416	—		—	3,190,560
		ditas nacionaes .....	—		—		—	
		condemnações .....	323,606		41,906		163,409	
		armazenagem .....	660,052		420,153		363,274	
		decima da companhia .....	501,382		383,880		364,266	
		amortisação de notas .....	—	20,341,313	—	19,931,515	—	19,446,205
		imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857 .....	—	192,415,094	—	188,469,534	—	201,330,890

Receita cobrada na alfandega do Porto, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA		1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (b)	
			PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Janeiro .....	Direitos .....	das possessões .....	314,735		5,855		37,055	
		de importação .....	98,637,545		78,777,440		103,154,714	
		de varios generos e mercadorias .....	247,330		32,130		814,329	
		de sabão e sabonetes .....	240,190		214,805		293,978	
		quinto differencial .....	1,171,500		4,185,505		7,139,718	
		de exportação .....	521,550		1,066,374		1,285,323	
		de reexportação .....	797,325		322,356		438,298	
		adicionaes nos emolumentos (7 %) .....	14,650		11,975		174,240	
		de porto .....	83,580		292,990		515,348	
		em Villa Nova de Gaia .....	6,718,595	117,387,508	2,012,165	91,904,735	2,979,496	125,490,236
		em ditos estrangeiros .....	259,500		138,125		1,240,011	
		imposto por lei de 14 de agosto de 1858 (3 %) .....	869,400		491,805		457,392	
		5 % addicionaes .....	1,009,470		238,600		547,272	
		remanescente do cofre dos emolumentos .....	1,009,470		180,740		251,344	
Janeiro .....	Receitas de diversas origens .....	do imposto .....	1,095,325		476,960		740,679	
		especial de 500 réis em cada pipa de vinho .....	1,051,400		1,077,216		1,077,216	
		para as obras da barra do Douro .....	3,394,880		2,640,645		3,584,370	
		por lei de 14 de agosto de 1858 (3 %) .....	—		—		112,437	
		da navegação do Douro .....	—		—		10,493	
		armazenagem .....	567,280		376,780		667,833	
		remanescente do cofre dos emolumentos .....	1,454,651		1,245,042		1,584,976	
		productos de .....	—		—		42,592	
		fazendas abandonadas .....	121,205	2,416,815	116,430		32,874	
		ditas demoradas .....	204,184		9,539	1,767,571	192,031	2,406,762
		condemnações .....	513,540		235,360		471,302	
		armazenagem .....	84,535		143,595		59,632	
		5 % addicionaes .....	38,640		17,525		23,555	
		amortisação de notas .....	—	14,087,315	—	11,015,095	—	15,113,824
		imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857 .....	—	134,141,165	—	104,687,341	—	143,010,322

Receita cobrada na alfandega municipal de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA		1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (c)	
			PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Janeiro.....	Direitos.....	carne, etc.....	30,834,462		36,653,851		25,450,469	
		cereas.....	12,612,384		12,575,520		12,049,329	
		legumes secos.....	1,529,837		1,546,453		1,424,065	
		de consumo.....	19,365,362		13,390,362		13,322,708	
		liquidos.....	672,362	74,143,514	99,026	72,136,406	834,965	61,401,320
		azeite.....	4,102,376		3,423,901		2,178,323	
		vinagre.....	150,379		149,876		174,281	
		combustivel.....	1,472,315		1,214,595		1,569,063	
		fructos, etc.....	3,194,597		2,334,379		4,216,529	
		adicionaes nos emolumentos (8%).....	200,548		187,543		181,335	
		fazendas abandonadas.....	—\$—		3,400		3,092	
		ditas demoradas.....	2,330		—\$—		—\$—	
		do aluguer de logares da dita alfandega.....	—\$—		—\$—		97,5023	
		decima de emolumentos.....	142,450		143,313		116,5492	
		siza de propriedade.....	2,635,329	2,886,5065	2,470,380	2,691,5486	2,298,3362	2,606,5810
Receitas de diversas origens...	condemnações.....	36,5063		29,3832		21,5822		
	multas.....	66,5063		66,3395		73,5119		
	tomadias.....	33,3975		2,5064		—\$—		
Amortisação de notas.....	armazenagem.....	11,5328						
	imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857.....		7,687,339		7,459,804		5,694,592	
			84,717,5018		82,287,696		69,703,5050	



Secretaria do conselho ultramarino, em 6 de fevereiro de 1860. — João de Robredo, secretario.

### TERCEIRO DISTRITO CRIMINAL DE LISBOA

Pelo juízo do direito do terceiro districto criminal da comarca de Lisboa, e cartorio do escrivão Ferreira, correm editos, com o prazo de um anno, para, na conformidade do artigo 2.º, § 1.º, do decreto de 18 de fevereiro de 1847, ser citado o réu, ausente em parte incerta, Antonio Ribeiro, lavrador, que no anno de 1854 residia no logar de Linda a Pastora, freguezia de S. Romão do Carnaxido, concelho de Oeiras, para que no prazo de um anno, contado da data do presente annuncio, e até á primeira audiencia d'este juizo, depois de findo o dito prazo, venha defender-se da accusação, que se lhe faz, pelo crime de morte violenta, praticada na pessoa de Verissimo Leonor, com a comminação de que se não se apresentar dentro do dito prazo se procederá á sua revelia, sem nenhuma outra citação para qualquer termo do processo: e poderá então o dito réu Antonio Ribeiro ser preso por qualquer pessoa do povo, e o deverá ser por todo o official publico, para ser entregue á autoridade judicial mais proxima do local onde for preso, na conformidade do citado decreto.

Está conforme. — Delegacia da procuradoria regia da sexta varra em Lisboa. — Diogo Antonio Correia de Sequeira Pinto.

### INSTITUTO AGRICOLA E ESCOLA REGIONAL DE LISBOA

Pela secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa se abre concurso por espaço de oito dias, a contar da data d'este aviso inclusivo, para a construcção das paredes e abertura do cabouco de um edificio de quarenta e quatro metros de extensão, e dez metros de fundo, sendo os materiais e mais aviaamentos fornecidos pelo instituto. Os que pertenderem tomar a dita empreitada dirigirão as suas propostas em carta fechada, e dentro do prazo do concurso, á secretaria d'este estabelecimento, onde se acham desde já patentes, tanto o plano do edificio como as condições a que tem de satisfazer o empreiteiro.

No dia immediato áquelle em que finda o concurso, terá logar a abertura das propostas, e adjudicação da empreitada a quem por menor preço a tomar se este convier.

Secretaria do instituto agricola e escola regional de Lisboa, em 9 de fevereiro de 1860. — O secretario, Manuel José Ribeiro.

### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNALS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa  
Antonio Felix Chaves, Antonio Pedro Broa Condastavel — Diogo R. Francem — Joaquim, Joaquim João de Faria Correia, José Joaquim da Silva — Manuel José Borges, Maria da Piedade Namorado. Administração central do correio de Lisboa, em 8 de fevereiro de 1860.

### CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda annunciar o seguinte:

A administração reconhecendo que era do seu dever mandar ensinar um officio a todos aquelles phãos, que pela sua condição e circumstancias estavam no caso de receber aquelle destino, julgou que devia publicar as causas que impediam que esse ensino se desse utilmente dentro da casa pia; e convidou os mestres particulares a vir procurar aprendizades n'esta casa.

Tendo decorrido um prazo razoavel sem que este convite desse resultado algum, a administração resolveu estabelecer um subsidio em dinheiro, que lhe pareceu sufficiente para os mestres que recebessem aprendizades da casa pia, e assim o annunciam. Não duvidaria mesmo augmentar esse subsidio, se os pertendentes fizessem depender d'esse augmento a acceitação dos aprendizes.

No intervallo de alguns mezes decorridos, desde então para cá, tem apenas sido procurados pelos mestres dos officios quatorze orphãos, e d'estes alguns voltaram novamente para esta casa por não agradarem aos mestres.

Nestes termos a administração da casa pia vê-se sem meios de poder fazer ensinar officios aos orphãos, que estão no caso de os aprender; e recata que a estada na casa pia em logar de crear nos orphãos o amor do trabalho, para um dia poderem procurar os meios da sua subsistencia, os habitue á indolencia e á pinguença, e lhes faça conceber o pensamento de subsistir toda a vida á custa do estado, isto é, dos cidadãos que trabalham, e pagam os impostos.

Accresce a esta consideração outra da maior importancia. A excessiva accumulção de orphãos na casa pia, levada a ponto de violentar todas as administrações a accommodar um grande numero d'elles em claustros humidos e sem ventilação, debaixo de abobadas, pelas quaes tem sido impossivel evitar o filtramento das aguas, e em pavimentos, que tem inferiormente um deposito de materias em putrefacção, e havendo alem d'isso nos dormitorios o dobro, e ás vezes o triplo das camas que devem haver, é, na opinião de todos os facultativos, que tem sido officialmente consultados, a principal causa das doencas que grassam na casa pia, das ophtalmias, das goçulas, das phthisias, e das constituições enfadadas, que é facil de notar no grande numero dos orphãos da casa pia, resultando d'aqui o arruinar-se para sempre a saúde de muitos d'elles.

Entre os diversos meios, que a administração tem empregado, e continua a empregar, para extinguir esse foco de infecção, segue a expressão de um dos relatorios dos facultativos, *converte um collegio de educação popular em um hospital de doencas, que ali se vão adquirir* a desaccumulação é, na opinião de todas as pessoas esclarecidas, que tem sido consultadas, o meio mais essencial e effizaz.

Assim a saída dos orphãos para aprendizades em mestres particulares era tambem um dos melhores meios de obter este resultado tão necessario.

Nestes termos a administração da casa pia recorre aos sentimentos de religião e de humanidade de todos os mestres de officios, e das associações fãbris de Lisboa e de fora, supplicando-lhes que a ajudem n'este empenho, e que animados d'estes sentimentos venham receber aprendizades de entre os orphãos que ha na casa pia, e que desejam ter este destino.

Belem, 4 de fevereiro de 1860. — O director, Francisco de Paula Heitz.

### HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada internamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 11 do corrente mez, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contractar em praça publica o fornecimento dos generos abaixo designados, com as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do dito estabelecimento, a saber:

Toucinho — 300 arrobas  
Azeite — 350 almudes  
Gallinhas e frangos por tempo de tres mezes.

Contadoria do hospital de S. José, 6 de fevereiro de 1860. — O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

10.ª SESSÃO PREPARATORIA EM 8 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO SR. MELLO SOARES (DECANO)

Á meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 61 srs. deputados.

O sr. Presidente: — declara aberta a sessão. Acta approvada.

Não houve correspondencia.

O sr. Neutel: — manda para a mesa o diploma do sr. José Maria da Costa e Silva, deputado eleito por Gouveia.

O sr. Rodrigues Sampaio: — manda para a mesa o diploma do sr. Antonio Roballo de Azevedo, deputado eleito por Idanha a Nova; uma certidão de facultativo, de que não pôde comparecer, por ora, por doente; e um contraprotesto a um protesto que se fez contra esta eleição.

O diploma e o contraprotesto foram enviados á commissão respectiva.

O sr. Sá Vargas: — por parte da primeira commissão de verificação de poderes, manda para a mesa o parecer sobre diversos diplomas de alguns srs. deputados; entre elles alguns, cujas eleições já foram approvadas, e um que ainda está submettido á discussão, que é o do deputado pela Povoia de Varzim.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PARECER DA PRIMEIRA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES SOBRE A ELEIÇÃO DO CIRCULO N.º 43 (PESO DA REGUA)

O sr. Presidente: — continua o sr. Alves Martins com a palavra que lhe ficou reservada da sessão de hontem.

O sr. Alves Martins: — sente ter começado hontem tão tarde a discussão d'este parecer, porque descejava terminar então as poucas reflexões que tinha a fazer sobre elle.

Hontem estabeleceu a proposição, de que na eleição do Peso da Regua não houve nem liberdade nem verdade, demonstrando que o elemento que podia concorrer mais para não haver liberdade na urna, era o das autoridades respectivas; as quaes tendo recebido ordem expressa do governo para guerrear o candidato que ali era indigitado pela povoação para ser eleito seu representante, desaparecia essa liberdade.

Fallara tambem no facto de ter o governador civil partido para a Regua, acompanhado de uma escolta de 40 bayonetas, alguns dias antes da eleição, e de ter feito ali uma grande reunião eleitoral, passando depois para Santa Marinha, onde queria tambem que vencesse um candidato que era seu parente.

Estes factos, e outros muitos que cessa de referir á junta, e o empenho que o mesmo governador civil tinha em excluir da urna o sr. Guilhermino de Barros, e fazer votar aquelles candidatos que o governo lhe tinha designado, mostram evidentemente a grande interferência da autoridade n'esta eleição.

Passando a analysar os termos em que está concebido o parecer da commissão, diz que no circulo de que se trata houve quatro assembleas: uma em Mesão Frio, outra na Regua, outra em Sedillós, e outra em Poiares. Nas duas assembleas da Regua não houve contestação alguma nem protesto; na de Mesão Frio ha um protesto contra esta eleição, que não foi apresentado na assemblea primaria, mas sim na assemblea do apuramento.

Em quanto porém á assemblea de Poiares ha os factos que são de todos bem conhecidos. O presidente designado pela commissão do recenseamento foi na hora marcada á assemblea de Poiares, e fazendo as propostas competentes para se formar a mesa, foram-lhe rejeitadas; e devendo seguir o que manda a lei, que é proceder ao escrutinio por parte dos que não approvaram a mesa proposta, retirou-se, e veio á Regua, e perante o administrador do concelho fez um protesto de que tinha sido expulso violentamente da assemblea de Poiares, e por consequencia não podia continuar no acto eleitoral.

Resta porém saber se o presidente foi posto fora violentamente, ou se foi por sua livre vontade, ou para satisfazer alguma necessidade natural, como suppoz a mesa, esperando por elle até ás 11 horas. Se se provar que elle foi coagido, e que houve violencia, segue-se que os actos eleitoraes em Poiares são nulos. A commissão diz que não se prova essa coacção, porque ao facto da retirada se seguiram os trabalhos eleitoraes, seguindo os da Regua a parcialidade do sr. Guilhermino de Barros, e os de Poiares a do sr. Penetra, que era o proposto pela autoridade. Depois da eleição ambas as parcialidades vieram á justiça para justificarem, uns que houve violencias contra o presidente, e os outros que as não tinham havido; os primeiros foram ao juiz de direito da Regua e principiaram a sua justificação; vendo porém que as testemunhas não depunham declarando que tivessem havido violencias, desistiram da justificação; e quando os de Poiares souberam que os da Regua iam proceder a essa justificação, foram tambem fazer outra em sentido contrario: apresentaram testemunhas, mas nem uns nem outros provaram a sua justificação, e ambos desistiram d'ellas; mas os de Poiares juntaram depois um documento para provar que não houve violencias, e pela parte contraria vem uma contra declaração que se fez na assemblea do apuramento para se oppor áquelle documento.

Constando ao presidente da mesa, na vespéra da eleição, que em Poiares haveria desordem, pediu tropa; e o parcho, a pedido do commandante d'essa força, attesta em que ella chegou á hora e meia da tarde, e que achou a igreja fechada; que n'ella não havia ninguem, e que os trabalhos tinham acabado á meia hora. Os da Regua pediram ao general que lhe passasse por certidão o que constasse do officio que lhe dirigiu o commandante da força, e essa certidão diz — que o official saiu ás 8 horas e meia de Villa Real; chegou á hora e meia a Poiares, e mandara dar parte ao presidente da mesa de que estava ás suas ordens, e que não achando ninguem foi ter com o regedor para lhe aquartelar a tropa, e que este lhe dissera que os trabalhos tinham acabado á meia hora, tendo elle chegado ali á hora e meia.

Ha mais outro documento que é a justificação que os da Regua fizeram, e que a commissão diz nada provar; mas a justificação dos de Poiares prova alguma cousa, porque a segunda testemunha diz claramente, que quando chegou a Poiares já a mesa estava formada; e a mesa formou-se depois das 11 horas, depois de terem mandado procurar o presidente; e de constar na assemblea que se tinha autenticado para a Regua.

Ha alem disso tres parochos, jurando *in sacris* que a eleição correu regularmente, e que o presidente saiu da igreja sem ninguem o violentar, e sim por sua livre vontade; e que os trabalhos terminaram ás 3 horas da tarde. Mas o parcho de Poiares attesta, que a eleição se terminou á meia hora

depois do meio dia, e a mesa diz que os trabalhos principiaram ás 11 horas. O regedor passa um attestado ao commandante da força dizendo terem os trabalhos terminados ha muito tempo. A vista d'isto como ha de a junta decidir-se? Como é possivel resolver um pleito d'estes, havendo attestados contra attestados? Onde está aqui a verdade? Que ha crime, é um facto, seja elle praticado por quem for; que alguém falta á verdade, não tem duvida; que este acto não passou regularmente, parece que deve estar na consciencia de todos.

A commissão diz que não desconhece que a eleição foi agitada e que as paixões se excitaram, mas que esta excitação concorreu para a pureza do acto, e para consolidar o systema representativo. Não pôde deixar de estranhar esta linguagem da commissão; e se eleições como esta, concorrem para consolidar o systema representativo, as feitas com regularidade servem para o desmoronar, e os verdadeiros eleitos do povo são aquelles que mais irregularmente foram eleitos.

A sua opinião seria que se annullasse a eleição, mandando-se proceder a outra, e conhecer criminalmente d'estes factos. É verdade que o governador civil mandou proceder a um inquerito, mas o governador civil é suspeito, porque era interessado na eleição.

Que houve crime, não tem duvida; quem foi o criminoso, não se atreve a dizer. Mas é necessario que o crime não fique impune, que se conheça o verdadeiro culpado, e que o poder judicial tome conhecimento da questão, que não é politica, mas de moralidade; e portanto a junta não deve approvar a eleição, porque é necessario que por uma vez se entre no caminho legal.

O sr. Rodrigues Sampaio: — não pede a cabeça de ninguem, nem a punição de nenhum crime, mas sustenta a validade da eleição.

A contrariedade de documentos, a differença de horas, não são pignas de sangue, não são cousas que deshonrem o systema representativo; e a unanimidade nas eleições concorre muito menos para a consolidação do systema representativo, do que o zelo, embora excitado, porque pôde haver excitação sem sangue. Quando se faz uma eleição, toda uma nação se excita sem haver scenas cruentas; é a anarchia mansa de que fallava um estadista celebre, que foi membro da camara, e cuja perda todos deploram (*apoiados*).

Liberdade e verdade são as condições de uma boa eleição, e a liberdade e verdade houve n'esta eleição.

Hontem estranhou-se que se quizesse achar a verdade fóra das actas; hoje combatem-se as actas, e quer-se achar a verdade fóra d'ellas. Condemnou-se primeiro a influencia da autoridade e depois a passividade da mesma autoridade. Tem-se sustentado o pró e o contra, e concluido das contradicções a mesma cousa, que é a invalidade da eleição.

Allega-se que uma força influira na eleição; e essa força foi requerida pelo presidente da commissão do recenseamento, antes mesmo de se fazer a divisão das assembleas. De maneira que essa força anti-diluviana para o acto eleitoral, fez com que a eleição não fosse livre!

Tambem se diz que influia outra força que chegou depois do acto da eleição; e contudo esta força foi requerida pelo presidente da mesa que se ausentou. Foi o presidente que não era da parcialidade do candidato eleito, que arranhou os votos que pode, e como pôde, para o candidato que queria que fosse eleito, foi elle que requisitou a força e como ella não chegasse a tempo, retirou-se. E para onde se retirou? A acta diz que constou na assemblea que se retirara para a Regua; e a justificação diz, que depois de constituida a mesa elle appareceu ainda no adro da igreja. E não ha contradicção alguma. Quando se formou a mesa constou que se tinha retirado para a Regua, e tẽem constado muitas cousas que não se realisam. O facto é que não estava na assemblea no acto da eleição; sendo indifferente o sitio para onde se tinha retirado. Se depois appareceu no adro da igreja, foi porventura mal tratado, careceu de algum auxilio? Diz a testemunha que o sr. deputado citou, que não.

Para mostrar que não houve liberdade na eleição, procedeu-se a uma justificação; o ponto principal d'essa justificação era mostrar que o presidente tinha sido coagido, e posto fóra da assemblea, mas não obstante as testemunhas serem parciais do presidente, perguntadas se elle tinha sido coagido, e se tinha havido barulho na assemblea, nada responderam; de maneira que a coacção do presidente não se provou. E pôde a junta dar por provada a coacção do presidente, quando elle proprio a não pode provar? Não houve força e por consequencia a validade do acto é incontestavel: o estado de liberdade está restabelecido.

Em quanto á hora a que acabou a eleição, diz um parcho que fora á meia hora, e ninguem mais o diz; e não se pôde dar fé ao dito do parcho de Poiares contra o dos outros. O commandante da força diz que quando chegou a Poiares já a eleição tinha acabado ha muito tempo; porque lh'o tinham dito; e o regedor passou um attestado, não em relação á hora em que acabou a eleição, mas em relação áquelle em que chegou a força. E porém indifferente que o destacamento chegasse ás duas ou ás tres horas, e que a eleição acabasse ás mesmas horas, porque houve o tempo sufficiente para se poder concluir.

Depois de se allegar a coacção, indicou-se que tambem não houve verdade na eleição. O inquerito a que mandou proceder o governador civil é sufficiente para provar que a eleição se fezera com toda a regularidade; que se esperaram as duas horas, que não fora excluido de votar ninguem que devesse votar. Os eleitores que não votaram, foi porque não quiseram; e a justificação feita por parte da opposição diz, que eram os proprios agentes da opposição que separavam os seus proprios eleitores da urna, porque sabiam que sala eleito o doutor Penetra.

Depois da indicção do sr. deputado, que não sabe onde está a verdade, que ha de fazer a junta? Ha de parar diante das suas duvidas? Não pôde ser. Os documentos dão o acto perfeitamente regular; e por consequencia a junta não pôde deixar de julgar valida a eleição.

O sr. Alves Martins: — nada mais tem que acrescentar ao que já disse, porque o sr. deputado que acabou de fallar não combatu os seus argumentos, não bolu na demonstração que fez de que não houve liberdade nem verdade n'esta eleição.

Disse o sr. deputado que a questão das horas era indifferente; mas, na sua opinião, a hora a que acabou a eleição é tudo, porque se ella principiou ás onze, e á meia hora estava terminada, era impossivel que n'este espaço se tivesse feito.

Não tinha mais nada a dizer. Decidiu-se a assemblea como quizesse, na certeza de que elle (orador) entendia que esta eleição não se podia approvar, e que a junta devia usar dos meios legaes para se reprimirem as fraudes e castigarem-se aquelles que infringiram as leis, e transtornaram o andamento regular d'esta eleição.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro): — na ausencia do sr. ministro do reino, que não está na camara por se achar doente, toma a palavra sem com isso querer demorar a decisão da assemblea, nem tão pouco entrar na comparação dos documentos, nem na questão da hora; mas parecia-lhe do seu dever protestar contra a asserção que o illustre deputado apresentou no seu discurso começado

hontem e acabado hoje, de que o ministro do reino havia indicado ao governador civil de Villa Real que não consentia que fosse eleito certo candidato.

Declarava pois que todos os ministros conhecem bastante o seu dever e respeitam bastante o systema constitucional, para escreverem ou proferirem cousas que possam ter uma similhança significação.

Depois da maneira por que o illustre deputado passou a arguir o procedimento do governo em relação a esta eleição, tinha esperado vê-lo apresentar, já não dizia documentos, mas ao menos proposições plausiveis que tendessem a demonstrar a falta de liberdade que por parte das autoridades, instigadas pelo governo, se tinha dado para que a eleição tomasse um certo caracter. Mas fora o illustre deputado mesmo quem se encarregara de demonstrar o contrario do que ao principio avançara, quando disse que diversos amigos do candidato que se propunha se haviam dirigido ao governo, instando por que não guerresse a eleição do sr. Guilhermino de Barros; que apesar d'isto o sr. ministro do reino insistira em combater aquella eleição, e por tal modo que o governador civil andou á procura de qual o candidato que mais votação podia ter, e achando depois que a opinião se pronunciava por outro, pediu que votassem n'esto outro. Era de certo uma grande prova de coacção e podiam os amigos do governo, no uso dos meios legítimos de influencia, os votos dos cidadãos para os individuos, para os quaes os povos mostravam mais sympathia!

A força militar não foi a Poiares, porque a mandasse o governador civil: foi ali a requisição do presidente da assemblea, para o que estava autorisado pela lei, e que era adverso ao candidato que obteve a maioria dos votos, mas não pôde influir nos actos que se tinham praticado antes da sua chegada, porque chegou depois de concluida a eleição.

A falta absoluta de provas, de vestigios, da menor indicação de que por parte da autoridade tivesse havido abuso, e por parte do governo se tivesse ido alem do que as leis autorisam e os costumes constitucionaes prescrevem, é uma prova de que esta eleição geral foi uma das mais livres que n'este paiz se tem feito; o que se conseguiu por meio da nova lei, cuja votação o governo promoveu, e que deu ao acto a expressão livre e franca da vontade dos povos, independentemente da força da autoridade.

O sr. Silva Cunha: — a junta de certo ficou maravilhada com o discurso do sr. Alves Martins, e deve estar enfastiada com esta discussão de nomes proprios.

O illustre deputado estabeleceu a these de que na eleição do Peso da Regua não tinha havido nem verdade nem liberdade; e elle (orador) propunha-se a demonstrar que onde as não tinha havido era no discurso do illustre deputado.

Para mostrar que não tinha havido liberdade n'aquelle discurso bastava analysa-lo, porque vendose que todo elle se resume em fazer elogios a um homem, e lançar invectivas sobre aquelles que não tinham protegido a candidatura d'esse homem, cohece-se que o illustre deputado está coacto a guerrear esta eleição, porque a não ser assim, como salvar a sua reputação de orador, de antigo mestre de logica?

Tratando o illustre deputado de lançar todo o odioso sobre as autoridades e sobre os amigos do candidato, que obteve maioria de votos, não devia ter-se esquecido de que era deputado e sacerdote, para fazer arguições fortes, sem ter as provas na mão, porque na sala da camara não se assevera o que se diz na imprensa, nem se reproduzem as insinuações perdidas que se fazem lá fóra.

Onde esteve a coacção, a arbitrariedade? Seria em se querer conhecer qual era o voto dos povos? Em não deixar que a verdadeira expressão d'esse voto fosse suffocada por meios illicitos, pelo dinheiro, por ameaças, pela mentira, pela calumnia?

O illustre deputado fez obra pelas informações particulares que teve, e pelo que viu escripto na imprensa. Se elle (orador) quizesse fazer obra pelos mesmos dados, poderia contar a historia da eleição do illustre deputado; podia dizer o que dizem que fizera e dissera; podia dizer que o tinham informado de que o illustre deputado fizera, de antemão, despachos de cegos, de governadores civis, de delegados, servindo-se do nome de amigos politicos de s. ex.ª para autorisar estes despachos, quando ministro, porque contava sair ministro d'ahi a oito dias. Podia dizer que tinha corrido o seu circulo com uma nuvem de padres que parecia um bando de corvos, e que andava excitando as paixões e os animos. D'esta forma era muito facil arranjar popularidade!

Consta-lhe que s. ex.ª viera á camara empenhado em combater a eleição de que se trata, em consequencia dos votos que certa potencia lhe dera no seu circulo; e a não ser assim combateria o parecer da commissão de outra maneira, e não diria, que tal candidato não poderia deixar de obter maioria, se a eleição fosse livre.

Na questão das horas que durou a eleição, e da em que terminou, pôde dar-se a desharmonia nos diversos attestados que se fizeram, por não estarem os relógios das pessoas que os passaram em combinação uns com os outros, ou não tendo relógio, por que essas pessoas calculassem o tempo de diferente maneira, e tudo na melhor boa fé. Por consequencia parece-lhe que esta questão não merece tanto afan.

Por ultimo e em resposta á invectiva que o illustre deputado lhe dirigira, de que não se propozera deputado pelo seu circulo natural, e se apresentara candidato pelo circulo de Villa do Conde, tem a declarar, que o illustre deputado não sabe as razões que para isso teve, aliás não lh'o lançaria em rosto. Tendo sabido que no Peso da Regua se apresentava como candidato um cavalheiro de quem então era muito amigo, e que não tinha outro circulo por onde se propozesse, não o quiz guerrear. Foi esse o motivo, e alem d'esse o não querer contrair compromissos para com os povos do Douro, quando tem a consciencia de que não pôde dar áquelle povos o remedio de que precisam.

O sr. Justino de Freitas: — requer que se julgue a materia discutida.

Assim se resolveu.

Posto á votação o parecer da commissão, foi approvado por 61 votos contra 25.

O sr. Alves Martins (para uma explicação): — tendo todos ouvido as expressões (que não julga offensivas) do illustre deputado, cumpre-lhe declarar que nem pela imaginação lhe passara que estava coacto; mas apesar de o estar, perdoa ao illustre deputado quando disse que lhe fosse offensivo.

Continuou a discussão do parecer da commissão, na parte respectiva ao circulo 28 (Povoia de Varzim), que tinha ficado adiada, e sobre o parecer da commissão, relativo aos documentos apresentados pelo sr. ministro do reino.

O parecer originario está publicado a paginas 110, 1.ª columna, d'este *Diário*.

O parecer sobre os documentos apresentados posteriormente, é o seguinte:

A primeira commissão de verificação de poderes foram remettidos varios documentos relativos ás occorrencias que na Povoia de Varzim tiveram logar por occasião da eleição a que ali se procedeu, apresentados pelo governo n'esta camara em sessão de 3 do corrente.

Estes documentos são: 1.º, um officio do governador civil do Porto, dirigido em 3 de janeiro ao ministro do reino, sobre o assumpto mencionado; 2.º, um auto de investigação a que na Povoia de Varzim procedeu em 5 de janeiro o administrador

do bairro do Santo Ovidio da cidade do Porto, comissionado pelo respectivo governador civil; 3.º, outro auto de investigação a que em 10 de janeiro procedeu o proprio administrador do concelho da Povoia de Varzim.

Naquelle officio, depois de se mencionar com referencia a participação do administrador do concelho, que os trabalhos eleitoraes nas duas assembleas da villa estavam suspensos, não chegando a concluir-se a eleição por causa dos tumultos, promovidos (segundo se dizia) pela opposição ao candidato, que na assemblea de Beiriz tinha já obtido uma grande votação, e era de esperar a obtivesse tambem nas outras duas assembleas; e não podendo por em quanto as mesas (que aliás antes de suspenderem os trabalhos haviam fechado as urnas com toda a regularidade) proseguir n'esses trabalhos em consequencia da coacção em que aquelles tumultos as collocaram, e pelo receio de serem insultados por não haver ali força que contivesse os desordens: diz o governador civil que mandará aquelle concelho o administrador de um dos bairros da cidade do Porto com o fim de pelos meios de persuasão restabelecer o socego, devendo o administrador respectivo proceder aos convenientes autos de investigação para os fins legaes; e que só quando d'este meio não tirasse o resultado que esperava, mandaria a força necessaria para dar apoio á autoridade.

Accresce finalmente, que logo que cessasse aquelle estado anormal tencionavam as mesas proseguir as operações eleitoraes até final, e regular conclusão.

No auto de investigação a que em 5 de janeiro procedeu o administrador do bairro de Santo Ovidio, depozeram cinco testemunhas, e perguntas sobre os tumultos, que tiveram origem na assemblea da capella das Dores, e depois se tornaram extensivos á assemblea da casa da camara, foram concordes em asseverar que similhante desordem estava preparada de antemão, e que um dos seus principaes incitadores fora o padre José Joaquim Martins Gesteira, o qual na assemblea da casa da camara subira acima de um banco, e d'ahi gritara que, assim como estava nulla a das Dores, tambem aquella se havia de annullar.

No outro auto de investigação em que foram inquiridas até treze testemunhas, e entre ellas alguns dos membros das mesas das duas assembleas, e mais cidadãos, que na qualidade de eleitores estiveram em uma ou em outra, e presenciaram quanto se passou; não só se vê mais claramente explicada a origem, natureza e fins dos tumultos, preparados evidentemente pelo padre Gesteira e seus sequezes por meio de boatos os mais absurdos e ridiculos, mas proprios a embair gente rustica e naturalmente credula, e destinados a excitar os animos á desordem, e a conseguir por meio d'ella a inutilisação de uma eleição, que o referido padre conhecia lhe não podia ser favoravel, senão tambem se corrobora e afirma quanto das respectivas actas consta, e a commissão teve já occasião de relatar no seu primeiro parecer, acerca da regularidade com que a eleição de que se trata correu até ao momento da suspensão dos trabalhos eleitoraes, occasionada pelos tumultos, e com que depois de apasiguada a desordem e restabelecida a força moral da autoridade e das mesas, continuou até á sua conclusão. Já se vê pois, que os mencionados documentos, que a commissão examinou com todo o escrupulo e attenção, estão muito longe de poder infirmar, ou de qualquer modo alterar o juizo que a mesma commissão formou pelo exame do processo eleitoral, e já expoz a esta camara no parecer que se acha impresso.

A commissão foi igualmente remettido um intulitudo protesto, apresentado n'esta camara em sessão de hontem, e que só no dia 28 de janeiro foi requerido perante o juizo ordinario da Povoia de Varzim, contra a validade da eleição de que se trata, pela coacção fisica e moral feita aos eleitores da opposição, pelo abandono das urnas, e pela continuação da mesma eleição na quarta feira seguinte ao domingo em que tinha ficado interrompida, sem que precedessem editaes, ou pelo menos, sem que fossem avisados todos os referidos eleitores. Este protesto que não chegou a ser mandado tomar pelo referido juizo ordinario, ao que parece, porque não chegaram a ser directamente reconhecidas as assignaturas dos protestantes, o que deu logar á queixa que os mesmos protestantes fizeram do juizo ordinario ao juiz de direito da comarca e ao presidente da relação, acha-se assignado por quinze individuos, e entre elles por dois Gesteiras, provavelmente os irmãos do padre Gesteira, que o segundo auto de investigação menciona como envolvidos nos tumultos.

Não é precisa grande penetração para concluir da leitura reflectida d'este protesto, e da sua confrontação com o que consta do processo eleitoral e mais papeis, que elle não é mais do que o ultimo esforço do candidato vencido na eleição, que não tendo podido de todo impedi-la materialmente, como tentou, vem servir-se dos proprios disturbios que promoveu para pretextar uma coacção, que só se mostra ter existido em quanto duraram os tumultos, e não cessou o receio da sua repetição; mas que então mesmo não pesou sobre a opposição ao chamado candidato do administrador; porque foi precisamente essa opposição a que promoveu e alimentou a desordem nas duas assembleas da Povoia de Varzim, e procurou vencer a todo o custo a eleição para o padre Gesteira, ou inutilisa-la para o seu competidor.

O mais que se refere quanto ao abandono das urnas, irregularidade das actas, e opposição de alguns dos mesarios a continuar a eleição no dia em que continuou, está em manifesta contradicção com o que das mesmas actas consta, e é corroborado pelo segundo auto de investigação; e a commissão não pôde deixar de dar mais credito a documentos authenticos, em que figuram pessoas que as assembleas approvaram para fazerem parte das mesas, que não se mostram pessoalmente interessadas em desfigurar a verdade dos factos, e a algumas das quaes os proprios signatarios do protesto parecem ter em boa conta. Do protesto combinado com os papeis da eleição, e com os dois diversos autos de investigação, resulta ainda mais um argumento a favor da liberdade com que a eleição continuou, e se ultinou no dia 4 de janeiro, e vem a ser que ella nem foi influenciada pela presença da força militar, que só chegou á Povoia de Varzim depois de concluida a eleição, isto é, das nove para as dez horas da noite do referido dia 4, nem pela ameaça ou inculcado terror resultante da chamada devassa, porque tanto um como outro auto de investigação a que se quer dar esse nome, e attribuir aquelle effeito, são posteriores ao mencionado dia 4 de janeiro.

Em conclusão, como resultado geral de tudo o que fica exposto, entende a commissão que o protesto apresentado hontem n'esta camara contra a validade da eleição na Povoia de Varzim, deve ser desatendido, e a mesma eleição approvada.

Sala da commissão, 7 de fevereiro de 1860. — José Marcelino de Sá Vargas — A. R. Sampaio — Rodrigo Nogueira Soares Vieira — Justino Antonio de Freitas — Antonio Augusto Correia de Lacerda.

O sr. Xavier da Silva: — não é sem repugnancia que vae tomar tempo á camara sobre a eleição da Povoia de Varzim; e ainda que não tem a esperanza de poder convencer a junta da necessidade que, no seu entender, havia a bem da moral publica, de se rejeitar esta eleição, contudo não hesita em tomar a palavra para combater o parecer da commissão.



A lei marca que as eleições se façam em dia determinado, e que os actos eleitorais se suspendam, quando por ventura se não tiverem concluído n'esse dia até ao sol posto, ou quando a presença de força armada impossibilite a continuação dos trabalhos eleitorais; mas n'esta eleição deu-se o facto muito notável de ter começado no domingo 1.º de janeiro, e de estar suspensa até quarta-feira! A comissão diz no seu parecer, que a demora que houve n'este processo foi o resultado da perturbação e dos tumultos que houve nos três primeiros dias.

No dia 1.º de janeiro, estando a funcionar a assembleia da capella de Nossa Senhora das Dores, e assistindo a ella, por parte do administrador, um cidadão que para isso tinha sido nomeado, começaram os tumultos pelas onze horas da manhã (isto é dito pelas testemunhas da inquirição que se fez), e quando se teriam recebido umas 50 listas, os tumultos subiram a tal ponto, que esse delegado do administrador do concelho correu para o lado d'onde estavam os tumultos, o que deu em resultado de se ver na necessidade de puchar por uma pistola, ou revolver de seis tiros, como algumas das testemunhas dizem; e o cura desejoso de ver se evitava as consequências d'esta triste acontecimento, tirou a pistola a este cidadão, e foi-lhe necessario fechar a sacristia da igreja para lhe salvar a vida.

Se bem está informado, a razão de tudo isto foi a seguinte:—N'esta assembleia este cidadão, delegado da autoridade, pouco respeitador do lugar em que estava, não duvidou de estar fumando no meio da igreja, e desejoso de que venesse o candidato que apoiava, não duvidou tambem de dirigir injurias asperas aos cidadãos que não queriam votar com elle, e debaixo da sua autoridade e acobertado com ella trocava listas dentro da igreja. Os cidadãos que se viam assim violentados queixavam-se e clamavam, e elle mesmo foi ao meio das turbas acotovelando quem estava. Diz-se que fora d'aqui que nasceram os tumultos, chegando-se até a tocar a rebate.

O administrador do concelho tendo noticia do occorrido, veio á assembleia e fez diligencia para socegá-los os tumultos, e pediu ao presidente da mesa que se não retirasse; mas apesar de ter conseguido algum socego, pouco depois as cousas continuaram do mesmo modo, dando lugar a fechar-se, lacrar-se e guardar-se a urna: pelo menos a acta assim o diz. Estes acontecimentos haviam sido repetidos na assembleia da casa da camara.

Na segunda e terça feiras continuaram os tumultos do mesmo modo, e os vogues da mesa acharam-se coactos; em consequencia do que os presidentes das mesas requisitaram força do administrador do concelho, e isto, contra sua vontade, segundo se diz, requisitou essa força; mas antes de que ella chegasse veio o administrador de um dos bairros do Porto, acompanhado de duas ordenanças da guarda municipal de cavallaria, e apresentou-se na terça feira na Povo de Varzim, inquiriu as pessoas que acompanhavam as mesas e alguns outros cidadãos, e aconsellou a todos que continuassem nos trabalhos pacificamente, mas não pôde conseguir nada. Apesar d'isto, porém ajustou-se que a eleição teria lugar no dia de quinta feira, apresentando-se um edital á porta das duas assembleias para que os eleitores podessem ter conhecimento e concorressem á eleição.

Tendo-se propalado a noticia de que a força armada era pedida e que já vinha em caminho, tendo-se socegado mais o tumulto, esperavam todos que as eleições teriam lugar no dia que se tinha designado; mas os membros das mesas que, nem na segunda nem na terça feira tinham querido funcionar com o pretexto de coacção, na quarta feira apresentaram-se nos locais das assembleias, e sem que ninguém soubesse que a eleição tinha lugar n'esse dia, procederam a ella; e na assembleia de Nossa Senhora das Dores, na qual no dia da eleição apenas entraram na urna 51 listas, pode conseguir que na quarta feira, entrassem mais 200 e tantas!

Está informado do que houve n'esta eleição, e pôde citar mesmo, se quizesse, os nomes das pessoas que o informaram, e que presenciaram estes actos; mas não quer trazer para a discussão os nomes d'esses cavalheiros, assim como se absteve de trazer o nome do delegado da autoridade, porque a questão resolve-se em vista dos documentos que estão na camara, e é com esses documentos e com essas informações que tira o resultado de que não é justo, não é regular, não é moral, não é decente que seja approvado o parecer da comissão.

Releve-se a camara o tempo que lhe rouba com esta questão enfadonha, e muito mais com o desalinhado do seu discurso, porque não era possível mesmo, ainda que quizesse, estudar e apresentar as cousas tão regularmente como desejava pô-lo fazer, attenta a pressa com que o parecer, que não foi impresso, se apresenta em discussão.

Que a comissão, querendo arredar toda a suspeita de nullidade que n'esta eleição podesse recair, serviu-se de um argumento: disse que o candidato eleito conseguira 875 votos; que as listas recebidas em todo o circulo foram 1:054; a que correspondia a maioria absoluta de 528, e que por conseguinte o candidato eleito obtivera uma votação alem da maioria absoluta. Mas diz a comissão que os recenseados em todo o circulo são 1:592; que ameteado e mais um da maioria absoluta de todos os recenseados era 797; e que tendo o candidato eleito 875, tinha mais votação que metade e mais um dos recenseados de todo o circulo, se por ventura todos tivessem votado.

Accita o argumento, e é com isto mesmo que pede á comissão que attenda a uma pequena reflexão que vao fazer.

As tres assembleias tem 1:592 recenseados, por isso que na assembleia das Dores ha 485, na assembleia da casa da camara 522, e na de Beiriz 585; mas a comissão não devia fazer o calculo pelo modo por que o faz; a comissão devia deduzir d'estes recenseados as 603 listas que foram recebidas nas duas assembleias contestadas, e depois de deduzidas estas listas, que, na sua opinião, se não devem contar, e deduzidos ao candidato os votos que obteve tambem n'estas duas assembleias, ver se elle ainda fica com metade e mais um dos votos dos eleitores recenseados no circulo; mas não se deve contar como maioria os votos que se têm como nulos. (O Sr. Sá Vargas:—não tem esses votos como nulos, e por isso a comissão os conta.)

Ha muito que é conhecida a indisposição dos povos de Villa do Conde com os povos da Povo de Varzim: não era cousa de estranhar, porque isto acontece em muitas partes: são rivalidades de povoações offendidas, e motivos mais ou menos justos, que não é para aqui apreciar.

O candidato que se apresentou não é natural de Villa do Conde: era proposto e sustentado por muitos cavalheiros de Villa do Conde, e foi accito até mesmo pelas autoridades; mas os povos da Povo de Varzim não desejavam este candidato. No circulo havia dois candidatos, este era o chamado candidato ministerial, e o outro era o chamado da opposição.

O administrador do concelho da Povo de Varzim estava empenhado por este candidato, e ninguém lhe lança por isso a menor injuria, nem diz que elle fosse o culpado n'estes acontecimentos, mas fosse qual fosse a causa, segundo se diz, deu lugar aos acontecimentos que tiveram lugar n'esta assembleia, porque a verdade é, que houve tumultos, desordens, que se suspenderam os trabalhos eleito-

raes, e que se continuaram em um dia não marcado pela lei, e a arbitrio das mesas, sem que os povos fossem avisados a concorrer á eleição.

Os soldados que foram mandados áquella localidade, foram aboletados com grande onça dos povos d'aquella concelho; e não foram repartidos proporcionalmente pelas diferentes casas, mas distribuídos aos 9 e 8, conforme approvou o administrador do concelho, pelas casas dos lavradores a quem queria castigar por não se haverem submettido á vontade da mesma autoridade, recusando-se a votar conforme lhes havia indicado.

A eleição fez-se de assalto na quarta-feira, sem ninguém o saber alem daquelles que n'isto tinham combinado.

Tudo quanto existe n'este processo eleitoral pôde ser muito regular, e a comissão pôde achar tudo muito desculpavel; e pôde, da sua parte, laborar em erro de intelligencia ou de informações; mas seja como for, o que é verdade é, que a eleição fez-se na quarta-feira; que as testemunhas depozeram que até á hora do tumulto só se tinham recebido 55 listas, conforme as descargas, e na quarta-feira appareceram mais 200; sendo para admirar este aumento na votação, quando os eleitores não foram convocados para a continuação do acto eleitoral, nem suberham como correira o resto do escrutinio.

De tudo isto conclue, que esta eleição não pôde ser approvada por mais que se queira desculpar, e que se for approvada será mais um descredito para a junta e para o systema representativo.

O sr. Freitas Soares:—está convencido de que quem combate esta eleição a combate com as melhores intenções; mas parece que muito de proposito se tratou de confundir os acontecimentos, exagerando os factos até á calumnia, para poder fazer valer o que se pretende, que é a anulação da eleição. Entende, porém, que é pela analyse critica e severa dos factos, que se chega ao conhecimento da verdade, e não pela exaggeração; e não é pelo modo de expor as questões, como acaba de ouvir, que se chega á conclusão de se poder votar com consciencia e verdade.

Diversos são os fundamentos com que se combate esta eleição. Primeiro, a demora que teve a eleição; segundo, a escolha do substituto do administrador; terceiro, o não poder guardar-se a urna no meio do tumulto que houve, tumulto que se exaggerou, tumulto onde não houve contusão nem ferimento; quarto, a falta do novo edital para convocar a assembleia; quinto, a ordem terminante para que a força armada marchasse rapidamente; sexto, emprego adrede d'este meio para poder afastar da urna os eleitores; setimo, a rivalidade que existe entre os dois povos da Povo de Varzim e de Villa do Conde.

Passando a responder a cada um d'estes fundamentos, diz que é para passar que a demora da eleição possa ser causa da anulação da mesma eleição. Se ella se podesse fazer mais depressa, de certo assim teria acontecido, mas os factos que ali tiveram lugar, é que se oppozeram a isso.

A eleição principiou no 1.º de janeiro; suspendeu-se n'este dia, e nos dois consecutivos, pelos motivos de que a junta tem conhecimento. Accusa-se o representante do administrador do concelho, porque vendendo-se provocado, teve necessidade de puchar por uma pistola em sua justa defeza. Mas quem pode negar o direito de defeza propria quando isso é permitido pelo direito natural? Se aqui se negar este direito, fica sabendo que quando um individuo corre risco de vida não pôde puchar por uma pistola para se defender.

Depois de socegado o primeiro tumulto que houve na assembleia das Dores, o que foi devido á presença do administrador do concelho, tendo este saído appareceu novo tumulto, e no meio d'elle um homem com um pau na mão, gritando: *viva o padre José Gesteira, que é o nosso candidato; feche-se a urna, a eleição não deve continuar.* A mesa fez-lhe a vontade; fechou as urnas, lacrou-as, e retirou-se. Ora, se este tumulto foi provocado pelos agentes da autoridade, como se diz, qual é a razão porque não foram esses agentes fazer ignas tumultos nas outras assembleias? O homem influente em qualquer localidade, quando nas eleições quer combater um candidato, não leva o tumulto ás assembleias eleitorais; o modo de combater é apresentar votantes para com os votos d'elles vencer o seu antagonista; e não introduzindo n'uma assembleia homens a gritar: *viva o padre José Gesteira; não queremos eleição;* como aconteceu na assembleia das Dores, porque em vez de eleição haverá uma perfeitá patusada (apoiados).

O administrador tratou de, por meios brandos, socegar os amotinadores, e conseguir que elles ficassem em casa para ver se a eleição podia continuar no dia seguinte segunda feira, e effectivamente n'este dia, pelas 9 horas da manhã, declarou aos membros das mesas que, podiam continuar no acto eleitoral; porém elles responderam-lhe, que conheciam bem os amotinadores, e não se queriam sujeitar a novo insulto. O administrador insistiu no seu pedido, e elles nas suas observações, acrescentando que só vindo força armada para a localidade, é que continuariam no acto eleitoral, porque só então se consideravam seguros e a salvo de qualquer insulto. O administrador respondeu-lhes que não requisitaria força armada, em quanto os presidentes das mesas lhe não officiassem n'este sentido, e só quando se lhe fez requisição official, foi então, e só então, que o administrador do concelho requisitou força armada ao governador civil do Porto. Esta autoridade superior do districto, desejando igualmente que a eleição continuasse, sem mandar a força requisitada, mandou um delegado seu para ver, se era possível convencer os amotinadores a que estivessem socegados, para continuar a eleição sem apparecerem novos tumultos. Isto foi na terça feira, e este delegado não foi mais feliz do que o administrador da Povo de Varzim. As mesas responderam-lhe o mesmo, isto é, que sem força não continuavam na eleição. N'este estado de cousas foi na terça feira ordem para vir a força, a qual não pôde chegar se não pela quarta-feira, e o administrador na vespéra, deu parte ás mesas de que a força chegava, e que podiam na quarta-feira continuar no acto eleitoral, o que teve lugar.

Diz-se que ninguém soubera da continuação d'este acto na quarta feira; mas o facto é que na continuação d'elle appareceram listas da opposição, em um numero muitissimo superior ás listas entradas no primeiro dia da eleição. E não é para admirar que os eleitores concorressem á urna, porque tinham muito tempo para isso nas duas horas de espera, porque a maior distancia das casas de cada um dos votantes á urna ou local onde se fazia a eleição, é apenas de 500 metros. O acto eleitoral correu com toda a regularidade, e não houve um só individuo que então fizesse protesto algum contra a falta de legalidade e de verdade que tivesse havido na continuação dos actos eleitorais, e só vinte dias depois é que appareceu um protesto, que foi encomendado de Lisboa.

Em quanto á falta de edital para nova convocação da reunião da assembleia, não era preciso, não só porque não houve mais do que a continuação do acto principiado no 1.º de janeiro, mas tambem porque só as commissões de recenseamento é que podem por meio de edital convocar as assembleias eleitorais, e essa convocação foi feita em tempo competente.

Em quanto ás rivalidades entre os povos da Povo de Varzim e Villa do Conde, ellas não existem como foram apresentadas, e pela sua parte já deu provas, e ainda ha de dar mais, depois da camara constituida, de que não deseja senão o aumento e bem estar dos habitantes da Povo de Varzim, e o tempo mostrará se fará ou não quanto em suas forças poder para este fim.

Finalmente assevera que n'esta eleição houve liberdade e verdade, e entende em sua consciencia que deve ser approvada; e que se deixar de o ser ficará a nação sabendo que a maior parte dos actos eleitorais serão annullados logo que haja meia dúzia de homens que, influenciados pelos vapores alcoolicos, vão a uma assembleia eleitoral dizer: viva o sr. fulano, a eleição não se faça (apoiados).

O sr. Xavier da Silva:—o sr. deputado que tão dignamente se esteou, e que n'um discurso eloquente teve a bondade de refutar as poucas reflexões que apresentara, proferiu algumas expressões que de certo só foram dictadas pelo interesse que tem em fazer que a eleição se approve; e por isso persuadido de que a allusão de calumnia não pôde do modo algum ser dirigida aos oradores que contestam a eleição; e tanto mais se confirmava esta idea, porque uma allusão semelhante não era propria do caracter do nobre deputado, nem da sua superior intelligencia, nem da bondade do seu coração: foi, de certo, expressão que lhe escapou....

O sr. Freitas Soares:—quando dissera calumnia, referiu-se ao que consta do processo, e não ao orador, e até retira a expressão, se tanto é preciso.

O orador:—Não é preciso, porque lhe faz a devida justiça.

A apreciação que faz desta eleição é pelos documentos presentes, e pelas informações que teve; e se estas são verdadeiras como as tem por si, a eleição, por mais esforços que se façam, não pôde ser approvada.

E isto não é novo; porque o illustre deputado mesmo sabe que o resultado das eleições n'estas assembleias da Povo de Varzim nem sempre exprimiam a vontade dos votantes, pela coacção que a autoridade ali exercia para obter o triumpho dos candidatos.

Era para admirar que os elementos que n'outras epochas se diziam não serem os mais proprios para fazer ali uma eleição legal, hoje se considerem capazes e optimos para legalisar uma eleição.

Como dêsse a hora, ficou com a palavra reservada para amanhã.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a que fora annunciada na sessão de antes de hontem, e levanta a sessão. — *eram 4 horas da tarde.*

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

**Aveiro**—N'uma correspondencia dirigida ultimamente d'esta cidade ao *Eco Popular*, dizia-se que, com quanto os campos estivessem cobertos de agua, as chuvas não haviam produzido estragos sensiveis nas terras d'aquelle districto.

Uma ultima feira mensal que ali se fez no largo de S. Sebastião, nas avenidas da cidade, foi muito concorrida, e effectuarão-se algumas transacções.

Nas outras feiras do districto tinha-se, n'estes ultimos tempos, elevado o preço do gado bovino, gordo, destinado ao consumo.

**Porto**—No domingo ultimo representou madame Ristori, com a sua companhia, o drama historico *Isabel, rainha de Inglaterra*; tratando d'esta representação, escreve o *Porto e Carta* o seguinte: «O theatro estava literalmente cheio. A grande actriz trazia com todo o vigor do seu genio asombroso o verdadeiro typo da orgulhosa filha de Henrique VIII.

«A idea não concebe que a arte possa mais. A Ristori é na parte de Isabel como é na Judith, como é na Maria Stuart, como é em tudo, um verdadeiro prodigio.

«O entusiasmo do publico era delirante. As chamadas succediam-se no meio de applausos e bravos freneticos. Só no fim foi chamada sete vezes ao prosenio. O actor Maggioni teve tambem duas chamadas no fim do 3.º acto, conjunctamente com a Ristori.

—Ante-hontem (4), diz o *Nacional*, na estrada de Penafiel, no sitio das Vendas Novas, morreu arrebatado um pobre cantoneiro. Vinha por uma estrada um carro carregado de pedra ou cascalho, guiado por um rapaz pequeno, e os bois, faltando-lhe um guia seguro, corriam precipitadamente com o carro: o cantoneiro vendo em risco a vida do rapaz corre a segurar os bois, mas com tanta infelicidade que cae, e o carro passa por cima d'elle, deixando-o immediatamente um cadaver.

—A associação commercial de beneficencia do Porto, reunida ultimamente em assembleia geral no edificio da bolsa d'esta cidade, elegeu para seu presidente o sr. José Martins de Azevedo, e vice-presidente o sr. Joaquim Leite Guimarães.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 5 do corrente, e de Paris até 2.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

*Acampamento inimigo, 4 de fevereiro, ás 4 horas e 30 minutos da tarde.*—O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra.—Batalha e completa victoria. O exercito, depois de um combate, no qual a artilheria se houve com a sua costumada certeza de pontarias, tomou as posições e o acampamento inimigo, com as suas barracas de campanha, sete peças de artilheria, e alguns outros effectos de guerra.

Foi um dia de gloria para a rainha, para a patria, e para o exercito.

Todos os generaes cumpriram as minhas ordens com a maior intelligencia e bravura.

As perdas do inimigo devem ter sido de consideravel. Foram encontrados muitos mortos nos seus entrancheiramentos.

A praça de Tetuão tem disparado contra nós alguns tiros de artilheria.

Alem d'este, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Paris, 2 de fevereiro.—Continuam a publicar-se muitos folhetos relativos ás questões da Italia.

Têm ultimamente chegado á Paris diferentes deputações da Saboia.

O *Moniteur de l'Armée* publica os nomes dos addidos militares nomeados para a embaixada franceza junto ás quatro grandes potencias.

A *Nova Gazeta da Prussia* falla de uma alliança entre a Austria, Roma e Napoles, acrescentando que muito provavelmente a Hespanha entrará tambem n'esta alliança apenas termine a guerra contra o imperio marroquino.

Manifesta-se opposição no parlamento inglez por causa da expedição á China.

Londres, 3.—William Cooper substitue no ministerio das obras publicas Vitz Boy, que falleceu.

O *Morning-Post* diz que se decidiu definitivamente não haver intervenção na Italia, ficando o paiz em plena liberdade de resolver as suas questões como julgar mais conveniente. Proceder-se-ha a novas eleições, e a assembleia que resultar d'essa

votação popular poderá decretar a annexação ao Piemonte.

As tropas francezas retirar-se-hão do Norte da Italia e de Roma.

A Austria renuncia a sua influencia na Italia, e por conselho da Inglaterra e França fará reformas na provincia veneziana.

A questão italiana poderia ficar decidida se a Europa reconhecesse o novo reino; porém reciam-se novas complicações em consequencia da attitudão do Papa.

O *Morning-Post* conclue o seu importante artigo declarando que a politica do imperador dos francezes é uma politica essencialmente pacifica.

Vienna, 3.—Tem tomado maior consistencia o boato de que brevemente haverá crise ministerial.

Marselha, 3.—Continua a agitação em Roma; porém o Papa para não comprometter a tranquillidade publica não quer retirar-se da cidade.

Gaygoria foi expulso.

De noite percorreram as ruas de Roma diferentes patrulhas francezas. Apesar da agitação que se nota, o summo pontifice tem grande numero de partidarios, e nos passieos, é respectivamente seguido por muitas pessoas. As indisposições populares são todas contra Antonelli.

Paris, 3.—Na eleição a que ultimamente se procedeu na academia de França, para a admissão de um novo membro, votaram 35 academicos. D'estes votos 21 foram favoraveis ao padre Lacordaire.

O *Pays* diz que a annexação da Italia central será votada pelo suffragio universal.

A *Patrie* escreve ser inexacta a noticia de que o autor do folheto o *papa e o congresso* tencionava publicar uma segunda brochura, e resposta aos ataques de que o seu primeiro trabalho tem sido o alvo.

### MARROCOS

O *Moniteur de la Flotte* recebeu do seu correspondente de Algeiras uma carta, na qual, entre outras noticias de menor interesse, se lê o seguinte: «De Tetuão para Tanger ha um caminho soffivel, e como a falta de vias de communicação é o maior obstaculo contra o qual o exercito hespanhol tem de lutar, suppõe-se geralmente que lhe será muito mais facil ir de Tetuão para Tanger do que de Ceuta para Tetuão.

«Já se acha reconstruida a torre fortificada, que a esquadra hespanhola tomou no dia 4 de janeiro ultimo. É uma torre quadrada, que apenas tem diferentes seteciras por onde os soldados se introduziam, servindo-se para isso de escadas de mão! Estava apenas defendida por tres peças de artilheria, uma collocada na parte mais elevada da torre, e as outras duas nas aberturas mais baixas, que deitavam para o mar.

«A alfandega é um edificio que fica no rio, a meia legua distante da costa, e n'uma altura onde este não é navegavel. O edificio, interiormente, está em mau estado, e compõe-se de muitos quartos todos pequenos.

«Apenas uma das salas tem dez metros quadrados, e o pavimento é de mosaico. Era ali, segundo dizem algumas pessoas, que residia o consal inglez; porém é opinião mais geral, que o edificio da alfandega era a residencia do administrador marroquino, de suas mulheres e dos seus criados.

«Os trabalhos em mosaico, que se encontraram, são recentes, e provam que ha constructores que se occupam de melhorar as habitações marroquinas. O general O'Donnell ordenou que todos os trabalhos d'essa ordem fossem enviados á rainha. Em frente da alfandega os officios de engenharia estão construindo um grande porto.

«Em quanto os hespanhoes não tomam Tetuão, os marroquinos continuam activando os preparativos de defesa d'essa praça.

«Nos fortes tomados pela marinha, os marroquinos tinham deixado uma moura ferida, mulher de uma belleza pouco vulgar. Como não se disparou tiro algum, suppõe-se que os proprios marroquinos a feriram, a fim de que ella não cahisse viva em poder dos seus inimigos. A infeliz morreu ultimamente.

### CHINA

O jornal *Overland China Mail* publica, no seu numero de 30 de novembro de 1859, a seguinte proclamação assignada pelo governador geral dos dois Kwang e pelo intendente das alfandegas: «Attendendo a que Ho, ministro dos negocios estrangeiros, governador geral dos dois Kwang, nomeou Lay, inspector geral das alfandegas maritimas, ha muito tempo encarregado da percepção dos direitos impostos no commercio estrangeiro em Shanghai, a fim de fazer executar os tratados com as potencias occidentaes, estabelecendo em cada um dos cinco portos um systema uniforme de recepção dos impostos maritimos; e attendendo tambem a que elle o autorisou para nos auxiliar nas operações de alfandega realisadas n'este porto, e para evitar qualquer tentativa da parte dos indigenas ou dos estrangeiros para frustrarem a recepção dos impostos:

«Ordenamos que, do dia 24 de outubro em diante, os regulamentos que até hoje têm vigorado em Shanghai, sejam postos em execução na praça de Cantão.

«Os navios nacionaes que fazem o commercio entre Cantão e os portos de Kaou-chow, Luy-chow, Leen-chow, Heung-chow, Fuh-chow, Chaou-chow e Teen-tsin, assim como os navios de transporte dos viajantes que se destinam para Hong-Kong e para Macau, continuão, como d'antes, a estar sujeitos á immediata jurisdicção do intendente das alfandegas, conformando-se com os regulamentos existentes.

«Cumpra pois que para informação geral fosse publicada uma proclamação n'este sentido. Eis o motivo por que nos dirigimos aos negociantes e capitães de navios, recomendoando-lhes que ganhem a sua vida por meios legitimos, não permitindo que elles se combinem para desfalecerem os rendimentos publicos por meio do contrabando. Aquelles que forem descobertos infringindo estas ordens serão presos e entregues ás autoridades locais a fim de serem severamente punidos.

### ESTADOS UNIDOS

Correspondencias de New-York, que alcançam até 10 de janeiro ultimo, dizem constar-lhe que o bandido mexicano Cortinas, atacou com 500 homens a cidade do Rio Grande, tomou posse d'ella e matou muitos habitantes. Tres dias depois de commettido esse attentado, chegaram tropas federaes, que se apoderaram da cidade, prendendo 60 mexicanos. No combate que teve lugar contra as forças de Cortinas, as tropas americanas perderam 9 soldados, ficando 16 gravemente feridos. O bandido Cortinas conseguiu fugir para o territorio mexicano. (El Dia.)

Errata.—No fim da encyclica que publicamos em o *Diário* de hoje, 8, em vez de—*Dada em Roma aos 19 dias do mez de fevereiro de 1860, vigesimo quarto anno do nosso pontificado*—deve lêr-se—*Dada em Roma aos 19 dias do mez de janeiro de 1860, decimo quarto anno do nosso pontificado.*

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

#### Dia 7 de Fevereiro de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Nigra, escuna portugueza, capitão A. J. Vianna, de New-Castle em 25 dias, de Ramsgate em 7 e

de Portland em 5, com carvão á companhia do gaz; 9 pessoas de tripulação.

Recon, escuna ingleza, capitão J. Mundy, de New-Castle em 18 dias, de Isle of White em 6, com carvão a W. Adam; 6 pessoas de tripulação.

Cassandra, escuna ingleza, capitão H. Pinhey, de Bristol em 10 dias, com carvão a G. Leadley & Comp.; 5 pessoas de tripulação.

Confiance em Dien, patacho francez, capitão P. Agnecy, de New-Castle em 15 dias, com carvão, a A. Ivons; 8 pessoas de tripulação.

Estes navios entraram e deram fundo hontem ás 11 horas da noite.

Feliz Destino, hiate portuguez, mestre J. da Rocha, de Vianna em 3 dias, com milho; 5 pessoas de tripulação.

Annunciação, rasca, mestre M. Joaquim, de S. Martinho em 2 dias, com madeira; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageiro que é Joaquim Leal, marítimo portuguez.

Maria Amelia, batina, mestre M. da Silva, de Villa Nova de Portimão em 5 dias, com cepa; 6 pessoas de tripulação.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, de Faro em 2 dias, com amendoa e cera; 6 pessoas de tripulação.

Adelaide, hiate portuguez, mestre A. M. de Almeida, de S. Martinho em 2 dias, com vidro, milho e madeira; 7 pessoas de tripulação.

Sagres, corveta portugueza a vapor, commandante o capitão de mar e guerra P. Centurini, de Gibraltar em 35 horas; 134 praças do guarnição e 7 peças montadas.

Douro, paquete inglez a vapor, capitão T. Barron, de Liverpool em 4 dias e 22 horas, com varias fazendas, a G. A. Hancock & Comp.; 16 pessoas de tripulação e 2 passageiros.

Warrior, paquete inglez a vapor, capitão H. Cooper, de Londres em 4 1/2 dias, com fazendas a F. P. Bastos; 21 pessoas de tripulação, 1 malla e 5 passageiros.

Lady Duffus, escuna ingleza, capitão C. Robertson, de Liverpool em 11 dias, com melao e mais generos a ordens; 5 pessoas de tripulação.

Frena, patacho francez, capitão F. J. Cousin, de New-Castle em 63 dias e de Brest em 5, com carvão á companhia do gaz; 7 pessoas de tripulação.

Adolph Werner, barca prussiana, capitão T. Knack, de Cardiff em 34 dias, com carvão a ordens; 11 pessoas de tripulação.

Indra, gallera russiana, capitão A. Lipp, de New-Castle em 25 dias, com carvão á companhia do gaz; 16 pessoas de tripulação.

Britannia, brigue inglez, capitão W. Cable, de Schieds em 21 dias, com carvão a O. Herold & Comp.; 12 pessoas de tripulação.

Pollux, patacho sueco, capitão J. Morberg, de New-Castle em 37 dias, com carvão a F. Martin & Filhos; 8 pessoas de tripulação.

Guilhermina, brigue portuguez, cap. J. J. R. Contente, de Tenes em 20 dias, com trigo a M. Walth & Comp.; 11 pessoas de tripulação. Destina-se para Falmouth e vem arribado com agua aberta.

Santos e Oliveira, brigue portuguez, mestre F. A. Rodrigues, de Villa Nova de Portimão em 4 dias, com cepa; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim, José Antonio da Silva, marítimos portuguezes.

Restauração, cahique do arsenal, mestre F. R. Nunes, de Gibraltar em 3 dias, com vasilhame; 10 praças de guarnição.

Galedonia, brigue inglez, capitão J. Leghning, de New-Castle em 21 dias, com carvão, a ordens; 10 pessoas de tripulação.

Santo Antonio e Almas, cahique portuguez, mestre M. Pedro, de Tavira em 4 dias, com atum; 9 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: 3 praças de pret, e um preso civil, portuguezes.

Brisoa, hiate portuguez, mestre G. Ribeiro, de Villa Nova de Portimão em 4 dias, com obra de palma e encomendas; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Patricio Rosa, Manuel Catharino, marítimos portuguezes.

S. José, hiate portuguez, mestre M. Ferreira, de Villa Nova de Portimão em 5 dias



huber, de New Port em 12 dias, com carvão a A. van Zeller; 11 pessoas de tripulação.

Martha Joanna, escuna hollandeza, capitão L. J. Jouker, de Leith em 23 dias, com carvão a companhia do gaz; 9 pessoas de tripulação.

Condor, patacho dinamarquez, cap. P. C. Hoeg, de Kirkaldy em 40 dias, com carvão, a H. J. Scholtz & Comp.; 7 pessoas de tripulação.

Linnia, barca sueca, capitão C. U. Uden, de Cardiff em 8 dias, com carvão, a A. Van Zeller; 15 pessoas de tripulação.

Ernestina, polaca sarda, capitão A. Fravega, de Genova em 31 dias, e de Gibraltar em 3, com cevada, a O. Richini; 11 pessoas de tripulação.

Naembroze Maelschappy, escuna belga, capitão E. Davos, de Cardiff em 8 dias, com carvão e ferro, a ordens; 5 pessoas de tripulação.

S. João Baptista, polaca sarda, capitão N. Parturi, de Genova em 30 dias, e de Gibraltar em 4, com trigo, a Engstrom & Comp.; 12 pessoas de tripulação.

Werterlotten, barca sueca, capitão P. F. Leisdestedt, de Cardiff em 23 dias, com carvão, ao seu consel; 13 pessoas de tripulação. Destina-se para Malaga, e vem arribada com avaria no casco.

Fonderheid, barca prussiana, capitão S. Newman, de Liverpool em 30 dias, com varias fazendas ao seu consel; 15 pessoas de tripulação. Destina-se para Batavia, e vem arribada com avaria no leme e agua aberta.

Heureuse Pauline, brigue francez, capitão L. Alfred, de Nantes em 8 dias, com trigo, a Camillo & Mendonça; 8 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 15 horas, com fazendas, a G. A. Hancock & Comp.; 31 pessoas de tripulação. 1 mala e 140 passageiros.

Nova Lembrança, hiate portuguez, mestre J. J. de Oliveira, de Setubal em 24 horas, com trigo, vinho e arroz; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Maria Romana e Maria dos Anjos, portuguezas.

Agua, hiate portuguez, mestre M. L. Machado, de Liverpool em 20 dias, e de S.º Trons em 6, com carvão e sabão, a C. P. Tavares; 9 pessoas de tripulação.

Algerie, paquete francez a vapor, capitão T. Taumin, de Anvers em 6 dias, com diferentes generos, a M. Walsh & Comp.; 31 pessoas de tripulação e 3 passageiros.

Crimean, paquete inglez a vapor, capitão T. Claver, de Liverpool, em 10 1/2 dias, de Plymouth em 3 1/2, com algodão e mais fazendas, a G. A. Hancock & Comp.; 28 pessoas de tripulação. Destina-se para Trieste e vem aqui receber carvão.

S. José e Almas Feliz, cahique portuguez, mestre M. dos Santos, de Villa Nova de Portimão em 2 dias, com aguardente e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Manuel João, Manuel Dionisio, marítimos; portuguezes.

Senhora da Conceição, mestre M. P. de Aguiar, de Villa Nova de Portimão em 3 dias, com cepa e obra de palma; 8 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: Bernardo Silvestre, José Moreira, Antonio Moreira, Joaquim Manuel Bronzo, Manuel Henrique, marítimos; Maria do Amparo; portuguezes.

Senhora do Carmo, hiate portuguez, mestre A. Rodrigues, de Villa Nova de Portimão em 3 dias, com azeite, amendoa e encomendas; 9 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Flor do Vez, barca portugueza, capitão S. F. das Neves, para o Pará com sal, vinho e mais generos; 14 pessoas de tripulação.

Progresso, barca romana, capitão J. Saneta, para Cardiff em lastro; 11 pessoas de tripulação.

Aurora, galera brasileira, capitão L. G. de Figueiredo, para o Rio de Janeiro com sal, vinho e mais generos; 20 pessoas de tripulação, e 11 passageiros, que são: José Augusto Bastos e Pinto, Francisco da Costa Ferreira, José Pereira de Moura, Manuel Francisco da Silva, negociantes; José da Cunha Pereira, barbeiro; Hippolyte de Abreu, trabalhador; Manuel Marques, vaqueiro; Antonio Joaquim da Silva Rozado, sem emprego; brasileiros: Miguel Romero Bessada, padreiro, hespanhol; José Alexandre Gonçalves e sua mulher, trabalhador; portuguezes.

Foram registados hontem e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Pago d'Arcos.

Carolina, hiate portuguez, mestre F. M. X. Saldaña, para Liverpool com azeite, piassaba e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Freia, vapor inglez, capitão J. Miller, para Sines e mais portos do Algarve em lastro; 22 pessoas de tripulação, e 18 passageiros, que são: Antonio Francisco Ribeiro Guimarães, 2.º tenente da armada; Domingos Sousa Viegas com 2 pessoas de familia, prior; Francisco Pereira da Luz Corte Real, José Manuel Carneiro de Brito com 1 pessoa de familia, militares; João da Fonseca Junior, proprietario; Antonio Martins Peres Gomes, Joaquim Antonio da Fonseca, negociantes; Bento José Rodrigues, Caetano Igreja, chegadores; Manuel dos Santos Mendonça, carpinteiro; José Alexandre Arnedo, estudante; D. Isabel Reyeroft; portuguezes: C. del Mar, negociante; C. Harvey, W. Lucar, operarios; inglezes.

Crimean, vapor paquete inglez, capitão T. Claver, para Trieste com varias fazendas; 28 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 8 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DO DOURO

(Boletim do telegrapho da foz de 6 de fevereiro de 1860)

Dia 5

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Alegria do Minho, hiate portuguez, de Vigo, em 2 dias, com figo.

Rapido, hiate portuguez, de Lisboa, por Vigo, em 23 dias, com encomendas.

Santa Cruz de Fão, hiate portuguez, do Havre de Grace, por Vianna, em 28 dias, com fazendas e outros generos.

Venturoso, hiate portuguez, de Portimão, por Vigo, em 54 dias, com cal e figo.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Camponeza, galera portugueza, para o Rio de Janeiro, com varios generos e passageiros.

Alfredo, barca portugueza, para o Maranhão, com varios generos.

Craveiro 2.º, hiate portuguez, para Setubal, em lastro.

Carolina, rasca, para a Figueira, em lastro.

Flor do Porto, rasca, para Aveiro, em lastro.

Julia, rasca, para Aveiro, em lastro.

Senhora do Pilar, rasca, para Aveiro, em lastro.

Minho, vapor inglez, para Liverpool, com gado e varios generos.

Harrier, brigue inglez, para a Terra Nova, com sal.

Henderika, galeota hollandeza, para Londres, com vinho e fruta.

Lynce, vapor de guerra portuguez, navegou para o norte.

Fôra da barra fica a barca Maria Felix, e o patacho Edalina, portuguezes.

O mar está bom.

O vento esteve E. regular, agora N. brando.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Maria Feliz, barca portugueza, do Rio de Janc-

ro, por Vigo, em 2 dias, com assucar e outros generos; e 2 passageiros.

Dois Amigos, hiate portuguez, da Figueira em 2 dias, com cal.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Correio de Aveiro, rasca portugueza, para Villa do Conde, em lastro.

Estremadura, escuna ingleza, para Bristol e Glasgow com vinho e fruta.

Fôra da barra fica o patacho portuguez Edalina. O mar está bom.

O vento esteve E. N. regulares, agora N. brando.

BARRA DE VILLA DO CONDE

Fevereiro 4

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Baptista, hiate portuguez, para Vianna, em lastro.

Mar bom, vento E.

Dia 5

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Novo Paquete, hiate portuguez, de Vianna com figo, cortiça e pedra de cal.

Mar bom, vento E.

BARRA DE VIANNA DO CASTELLO

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Antunes 1.º, hiate portuguez, para a Figueira, com milho.

Esperança, hiate portuguez, para a Figueira, com milho.

Jesuino, hiate portuguez, para Villa Nova de Portimão, com varios generos.

Senhora do Carmo, hiate portuguez, para Villa Nova de Portimão, com milho.

A barra boa, tanto em largura como em profundidade.

Dia 6

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Baptista, hiate portuguez, de Villa do Conde, em lastro.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Nascimento Feliz, hiate portuguez, para S. Martim com milho.

Em Espozendo não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 3 e 4.

O mar bom.

BARRA DE AVEIRO

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Flor do Porto, rasca, da barga do Porto em 1 dia, em lastro.

Voador do Vouga, hiate portuguez, de Vianna em 2 dias, em lastro.

Vento N., bom tempo.

Dia 6

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Carolina, rasca portugueza, do Porto em 1 dia, em lastro.

Bom tempo, vento N.

BARRA DA FIGUEIRA

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Novo Atravido, hiate portuguez, de Vianna, com milho.

Recreio, hiate portuguez, de Vianna, com milho.

Saltarello, hiate portuguez, do Porto, em lastro.

Santa Maria, rasca, do Porto, em lastro.

Nova Sociedade, rasca, do Porto, com varios generos.

Oliveira, bateira, do Porto, com varios generos.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Craveiro Segundo, hiate portuguez, do Porto com varios generos.

Senhora do Pilar, rasca portugueza, do Porto com varios generos.

Julia, rasca portugueza, do Porto em lastro.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

O mar bom, vento NE.

Profundidade da barra 21 palmos.

BARRA DE CAMINHA

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Alleluia, hiate portuguez, para Malaga.

Mar bom, vento N.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Flor de Caminha, hiate portuguez.

Carlos Alberto, hiate portuguez.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Estrella, hiate portuguez.

Dezenove de Junho, hiate portuguez.

Valença, hiate portuguez.

Mar bom, vento N.

BARRA DA ERICEIRA

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Neptuno, hiate portuguez, da Figueira, com milho.

Maria, rasca, da Figueira, com madeira.

Mar bom, vento NE., tempo claro.

Dia 6

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Adelaide, rasca portugueza, de Vianna com milho.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Senhora do Livramento, cahique portuguez, para Setubal, com louça.

O mar bom, vento NNE.

BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Abna, brigue inglez, de Gibraltar em 1 dia, em lastro.

Cardiff, escuna ingleza, de Gibraltar em 1 dia, em lastro.

Helena, escuna ingleza, de Gibraltar em 1 dia, em lastro.

Lauvenir, brigue inglez, de Barcelona em 21 dias, em lastro.

Ficam fôra da barra, um brigue e um patacho inglezes.

O mar está bom, vento E. regular.

Atmosfera clara.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Ulredhouv Hutem, brigue prussiano, de Malaga em 28 dias, em lastro.

Hannah, patacho inglez, de Gibraltar em 2 dias, em lastro.

Fica um navio á vista fôra da barra.

O mar está bom, vento variavel.

Atmosfera clara.

BARRA DE FARO

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Hurk Handel, galeota hollandeza, de Gibraltar, em lastro.

Novo Paquete, palhabor portuguez, de Gibraltar, em lastro.

Mar agitado.

Vento E. NE. fortes.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Santo Antonio e Almas, cahique portuguez, de Gibraltar, em lastro.

Senhora da Boa Viagem, cahique portuguez, de Gibraltar, em lastro.

Feliz Independente, hiate portuguez, de Gibraltar, em lastro.

Maria da Soledade, cahique portuguez, com trigo, vem arribado; destina-se para Lisboa.

Oliveira Feliz, cahique portuguez, de Gibraltar, em lastro.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Senhora do Rosario, cahique portuguez.

Senhora da Boa Morte, cahique portuguez.

BARRA DE TAVIRA

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento esteve E. regular, agora SE. brando.

Dia 6

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Europa, patacho inglez, de Gibraltar, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

O vento tem estado NE.

BARRA DE SETUBAL

Fevereiro 5

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou embarcação alguma.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Oliveira Brilhante, hiate portuguez, para o Porto, com sal e arroz.

Esperança, hiate portuguez, para Sines, com cortiça e trigo.

Vento NNE.

Dia 6

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Johanne, escuna dinamarqueza, de Lisboa, em lastro.

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Nota dos prejos dos generos abaixo mencionados, na semana de 22 a 28 de janeiro de 1860

CLASSE DA PAUTA	AMENDOAS				PASSAS DE		CASTANHA		ALFAR-ROBA	FIGO SECCO	NOZES	MOS-TARDA	PERA SECCA	QUEIJO DA ILHA
	MIOLO	CÔCA	MOLAR	DURASIA	AMEIXA	UVA	SECCA	VERDE						
Classe 5.ª	2500	1500	800	350	600 a 800	1500	750	380	240	800 a 1200	500	800	2500	2560

Postura da Ribeira Velha, em 28 de janeiro de 1860.—O chefe, João Maria Froment de Abreu.

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 3 de fevereiro ... 3.713,710

Idem no dia 4 ... 5.350,790

9.064,500

MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 4

MANIFESTADO PARA DEPOSITO

Pipas Alm. Can. 5 18 6

DESPACHADO PARA CONSUMIMO

No Porto

Vinho maduro ... 79 19 -

Dito verde ... - 11 -

DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO

Pipas Alm. Can. 88 6 5

PRAÇA DO PORTO, 6 DE FEVEREIRO

METAS

	Compra	Venda
Peças de 85000—a prata	7590	85000
Oncas hespanholas—a oiro	15200	15200
Ditas mexicanas—a oiro	14500	14500
Soberanos—a prata	4500	4500
Oiro cerceado—a oiro	1590	1590
Patacas hespanholas—a prata	390	390
Ditas brasileiras—a prata	390	390
Ditas mexicanas—a prata	390	390
Prata em barra—a oiro	1125	1125
Cinco francos—a oiro	580	590

CAMBIO SOBRE LONDRES

A 90 dias data ... 53 1/2 a 54 1/2

No dia 23 de janeiro arribou a Ramsgate o Al-tiance, capitão Cruz, de Hamburgo para Lisboa, com as velas rasgadas.

No dia 24 entrou em Falmouth o John Parkinson, capitão Wardell, de New-Castle para Lisboa, com avaria no casco. (Commercio do Porto.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DO

INFANTE D. LUIZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

20	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
9 m.	758,92	6,7	91,7	NE.
3 t.	756,61	10,5	95,1	NNO.

DIA 7.

Maxima—temperatura ... 19,5 C.

Minima ... 1,4 "

Ozone de noite ... 5,0 "

Chuva (indometro) ... 4,5 "

Evaporação (vapormetro) ... 0,0 Mil.

Altura barométrica correct. ... 3,4 "

Altitude do barometro 95,1 metros.

Temperatura á sombra.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 8 do corrente mez, pelas 10 horas da manhã, foi levado aviso á casa de estação da bomba n.º 4 de que havia fogo na loja do predio n.º 74, na rua da Barroca. Os soccorros acudiram com a necessaria celeridade; e verificou-se, que, em consequencia do aquecimento de uma estufa collocada sobre o soalho, este tinha sido atacado pelo fogo, o qual foi promptamente extinto.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 8 de fevereiro de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.

—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

MONTE PIO DA CASA REAL

Por ordem do ex.º sr. duque da Terceira, presidente da assembleia geral, são prevenidos todos os socios de que a sessão ordinaria de que trata o artigo 19.º dos estatutos ha de ter logar no dia 12 do corrente mez, pela hora do meio dia; devendo por esta occasião eleger-se não só a commissão a que se refere o § 1.º do sobredito artigo, mas tambem a mesa da assembleia, conforme dispõe o § 3.º do artigo 18.º

Lisboa, 7 de fevereiro de 1860.—O secretario da mesa da assembleia geral, Augusto Zacharias Loforte.

MONTE PIO DA CORPORAÇÃO DOS ALFAYATES

A commissão administrativa participa aos socios que estão patentes os livros das contas e documentos de despeza nos dias 9, 10 e 11 do corrente, desde as 7 ás 9 horas da noite.

Sala das sessões, 6 de fevereiro de 1860.—O secretario, Bacellar e Silva.

1 PELA 1.ª VARA, escrivão Barroso, correu editos de trinta dias, a requerimento de D. Francisca Germana Miranda, chamando quem se julgue com direito á propriedade de casas, sita na rua de Santa Apolonia, n.º 31 a 33, freguezia de Santa Engracia, que pertencia ao menor Joaquim José Valentim de Almeida, filho do fallecido José Calazans Nunes de Almeida, a fim de o virem deduzir no referido prazo, sob pena de lançamento e revelia, passado qualquer encargo que aficte o mesmo predio para o producto que se acha no deposito publico a fl. 316, liv. 15 da repartição dos orphãos.

2 NO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, escrivão Seita, correu editos de trinta dias, a requerimento de Antonio Marques de Carvalho, arrematante da quinta denominada do Cabido, e suas pertencas, sita na comarca da Chamusca, em execução de Antonio Firmo Gomes da Silva contra os herdeiros de Euzébio da Silva Cardoso, citando e chamando todas as pessoas que direito tiverem á dita quinta e suas pertencas, seja por encargos reaes ou particulares, dotes, tornas de partilhas, hypothecas, ou por qualquer outro principio e motivo, para que o vão deduzir no dito juizo, dentro do indicio do prazo, sobre o preço em deposito, recetado a fl. 153 do liv. 155 da 1.ª repartição, na quantia liquida de 13.884,5702 réis, pena de lançamento, e de se julgar a referida quinta e suas pertencas livre e desembarçada.

3 NO JUIZO DE DIREITO DA 3.ª VARA, escrivão Seita, correu editos de dez dias, em execução de Antonio Firmo Gomes da Silva contra os herdeiros de Euzébio da Silva Cardoso, citando e chamando todas as pessoas que direito tiverem á dita quinta e suas pertencas, seja por encargos reaes ou particulares, dotes, tornas de partilhas, hypothecas, ou por qualquer outro principio e motivo, para que o vão deduzir no dito juizo, dentro do indicio do prazo, sobre o preço em deposito, recetado a fl. 153 do liv. 155 da 1.ª repartição, na quantia liquida de 13.884,5702 réis, pena de lançamento, e de se julgar a referida quinta e suas pertencas livre e desembarçada.

4 PELA 3.ª VARA, escrivão Monteiro, correu editos de dez dias, chamando quem tiver direito á receita em deposito a fl. 136 do liv. 155, 1.ª repartição, respectivo ás propriedades expropriadas pela ex.ª camara municipal, proximas ao cemiterio dos Prazeres, pertencentes a Francisco de Freitas Rezcy, e sua mulher D. Gertrudes Magna Bastos, para que o vá deduzir no referido prazo e cartorio, pena de lançamento.

5 PELO JUIZO DE DIREITO DA 4.ª VARA, escrivão Freitas Jacome, correu editos de trinta dias, citando os credores ao casal dos fallecidos Jacinto José Dias de Carvalho, e sua mulher D. Joanna Baptista de Carvalho, para apresentarem as suas reclamações, sob pena de não serem attendidas findando o dito prazo.

6 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de Nossa Senhora dos Anjos da Villa Verde, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

7 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de Nossa Senhora dos Prazeres da Morenana, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

8 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção das collegiadas de Santa Maria e S. Miguel de Chitra, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção das mesmas collegiadas, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ellas, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

9 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de S. Pedro de Penna Ferrim, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

10 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de S. Martinho de Chitra, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção da mesma collegiada, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ella, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

11 PELA CAMARA PATRIARCHAL correu um processo de liquidação, a requerimento do reitor do seminario patriarchal de Santarem, sobre a extinção da collegiada de S. Estevão e S. Pedro de Alemquer, e pelo presente são chamados todos os que se julguem com direito, ou a oppor-se á extinção das mesmas collegiadas, ou a perceberem alguma parte dos rendimentos d'ellas, nos termos da lei de 16 de junho de 1848, e decreto de 27 de dezembro de 1849, para que o venham deduzir no mesmo juizo, dentro de trinta dias, com a comminação de revelia.

12 HOJE 9 DE FEVEREIRO, pelas oito horas da noite, reunem-se a segunda assembleia geral do club lisboense para ouvir a leitura do relatório da direcção, e eleger a commissão de exame de contas.—O secretario, Luiz Francisco Midoni.

ASSEMBLÉA PORTUGUEZA

13 A DIRECÇÃO PARTICIPA AOS SOCIOS que em 18 do corrente ha baile nesta assembleia.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS LISBONENSE

14 A MESA DA ASSEMBLÉA GERAL participa aos srs. accionistas que comparecem á mesma assembleia, e que por circular forem avisados, que no dia 17 do corrente, pelas seis e meia horas da tarde, terão logar no escriptorio da companhia, a primeira reunião ordinaria para os fins marcados nos artigos 24.º e 25.º dos estatutos; prevenindo que a relação de

Etoile de la mer, escuna franceza, de Marselha, em lastro.

EMBARCAÇÃO SAÍDA

Nova Lembrança, hiate portuguez, para Lisboa, com trigo e arroz.

Vento NE. regular.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 7 de fevereiro de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

BARRA DE S. MARTINHO

Fevereiro 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.

Vento ENE. NE.

Capitania do porto de S. Martinho, em 6 de fevereiro de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, 8 de fevereiro—Não houve cotização.

Bolsa de Paris, 8 de fevereiro—3 1/2 francez a 67,90—4 1/2 dito a 97,51.

Bolsa de Londres, 8 de fevereiro—Consolidados de 94 1/4 a 94 3/8.

todos os srs. accionistas, com a designação dos que estão no caso de formar a assembleia geral, acha-se patente no escriptorio da companhia, onde pôde ser examinada. Lisboa, 9 de fevereiro de 1860.—O secretario, Miguel Carneiro Pinto.

CONSULADO GERAL DE AUSTRIA

15 NO SABBAO 11 DO CORRENTE, das duas para as tres horas da tarde, na casa da praça do commercio d'esta cidade, Georgio Millesch, capitão da galera austriaca Alexandra, procederá a leilão (a quem por menor preço o fizer) de um empréstimo a risco marítimo de réis 700000, pouco mais ou menos, que precisa para pagamento das despesas em rehabilitar o dito navio a continuar a sua viagem para Constantinopla, com um carregamento de carvão, que conduza de New Castle.

As condições estarão patentes no dia e local do leilão. Corretor Gavazzo.

Lisboa, 8 de fevereiro de 1860.

16 LARCHER E CUNHADOS têm para vender na sua fabrica de lanchões em Portalegre duas machinas de vapor usadas, sendo uma da força de 20 cavallos, e a outra de 10, ambas de alta pressão, mas de diferente systema. São vendidas ambas no estado em que se acham, as peças que existem, conforma a relação que está patente na fabrica. As pessoas a quem convier a compra de qualquer d'ellas poderão fazer a sua proposta até ao dia 29 de fevereiro proximo, ultimando-se a venda em acto publico, na mesma fabrica, no dia 1.º de março, a quem mais offerecer.

17 DONA MARIA DAS DORES LANES faz publico que vae propor nova acção contra a testamentaria da finada Maria Joaquina, para a qual lhe ficou o direito salvo, a fim de que ninguém compre os bens da herança da finada, que assim como em praça a requerimento do testamento de Pedro Rodrigues, contra o qual protesta por tudo quanto offender os seus direitos e interesses, e a fim de que ninguém possa allegar ignorancia.

18 UMA SENHORA INGLEZA, com boas habonações, se offerece para em casa de uma familia ou collegio se encarregar da educação de meninos, e de lhes ensinar com promptidão a fallar e a escrever correctamente a lingua inglesa. Tambem se presta a dar lições diarias. Quem quizer utilisar-se do seu prestimo deixe o nome e morada no largo do Picadeiro, n.º 19, 3.º andar.

19 NO DIA 14 DO CORRENTE, ao meio dia, na rua da Magdalena, loja n.º 29, se ha de proceder, em presença do juiz presidente do tribunal do commercio, á venda e arrematação de todo o papel, machinas e mais objectos existentes na mesaloga, pertencentes á extincta sociedade de José Lucas de Almeida & C.ª, arrematação que se fará pelo maior lance que se offerecer.

20 NO DIA 27 DO CORRENTE MEZ, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de três propriedades de casas na calçada dos Barbadinhos, freguezia de Santa Engracia; a 1.ª de n.º 40 e 41, que rende 192000 réis, e foi avaliada em 100000 réis; a 2.ª de n.º 42 a 44, que rende 96000 réis, e foi avaliada em 92000 réis; e a 3.ª de n.º 45, que rende 72000 réis, e foi avaliada em 50000 réis; e todas tres são livres de fôrro por haver sido remido, e captivas de landeio de decima á collegiada de S. Julião; assim como tambem serão postos em praça os dízimos directos dos fôrros, impostos nas seguintes propriedades de casas, a saber: na rua do Valle de Santo Antonio n.º 1 a 3, de que é emphyteuta José Caetano Ferreira da Silva, que paga de fôrro annual 12000 réis, e foi avaliada em 21500 réis com landeio de decima no caso de venda; na calçada dos Barbadinhos n.º 37 a 39, de que é emphyteuta Vicente Ferreira, que paga de fôrro annual 12000 réis, e foi avaliada em 32500 réis com igual landeio; e na mesma calçada n.º 76 a 79, de que é emphyteuta Victorino José de Oliveira, que paga de fôrro 25000 réis, e foi avaliada em 36500 réis com igual landeio. Todos os ditos bens são situados na freguezia de Santa Engracia, e foram penhorados a Manuel Espinheira a requerimento de seu pai José Bento Espinheira por execução que corre na 3.ª vara, escrivão Gentil.—O escrivão da praça, Cruz.

21 NO DIA 27 DO CORRENTE MEZ, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma propriedade de casas na rua do Corrião, n.º 42 e 43, freguezia de S. José, que rende 67200 réis, e foi avaliada em 32500 réis com igual landeio; e na mesma calçada de S. Martinho de Chitra, n.º 1 a 3, de que é emphyteuta Manuel Espinheira a requerimento de seu pai José Bento Espinheira por execução que corre na 3.ª vara, escrivão Gentil.—O escrivão da praça, Cruz.

22 NA TARDE DE 29 DO CORRENTE, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se ha de arrematar um moio de vento e seus pertencas, no sitio da Praia da villa do Barreiro, avaliado em 700000 réis, e penhorados aos herdeiros de Diogo Hartley, a requerimento de Jonas Pariente, e outros, pela 4.ª vara, escrivão Paes Gago.—O escrivão da arrematação, Silva.

23 NO LARGO DE SANTO ANTONIO DA U.ª 5.ª, vendem-se ou alugam-se bonitos fatos para mascarar: tambem ha bonitos dominós e tudo por preços muito commodos. Vendem-se ovos de entrado e estalos a 140 réis a grossa.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. MARIA II

Hoje, 9 de fevereiro: Primo e o relicário—Tinha de ser!—Ultima descoberta de um chimico.

Previnem-se as pessoas que têm tomado camarotes para os quatro dias do carnaval, para que venham satisfazer as suas importancias até ao dia 16 do corrente, alem do qual se entenderá que desisto do camarote o individuo que não tiver apparecido.

REAL THEATRO DE S. CARLOS

Sexta feira, 10 de fevereiro (46.ª recita de assignatura): opera—Lucrecia Borgia.

Não pôde ter logar o baile de mascarar annunciado para sabbaao 11.

THEATRO DO GYMNASIO DRAMATICO

Hoje, 9 de fevereiro: Fabia, tragedia heroicomica em 3 actos—Trabalho e honra, 3 actos.

FLORESTA EGYPCIA

Hoje, 9 de fevereiro, 13.º baile de mascarar.

IMPRESA NACIONAL